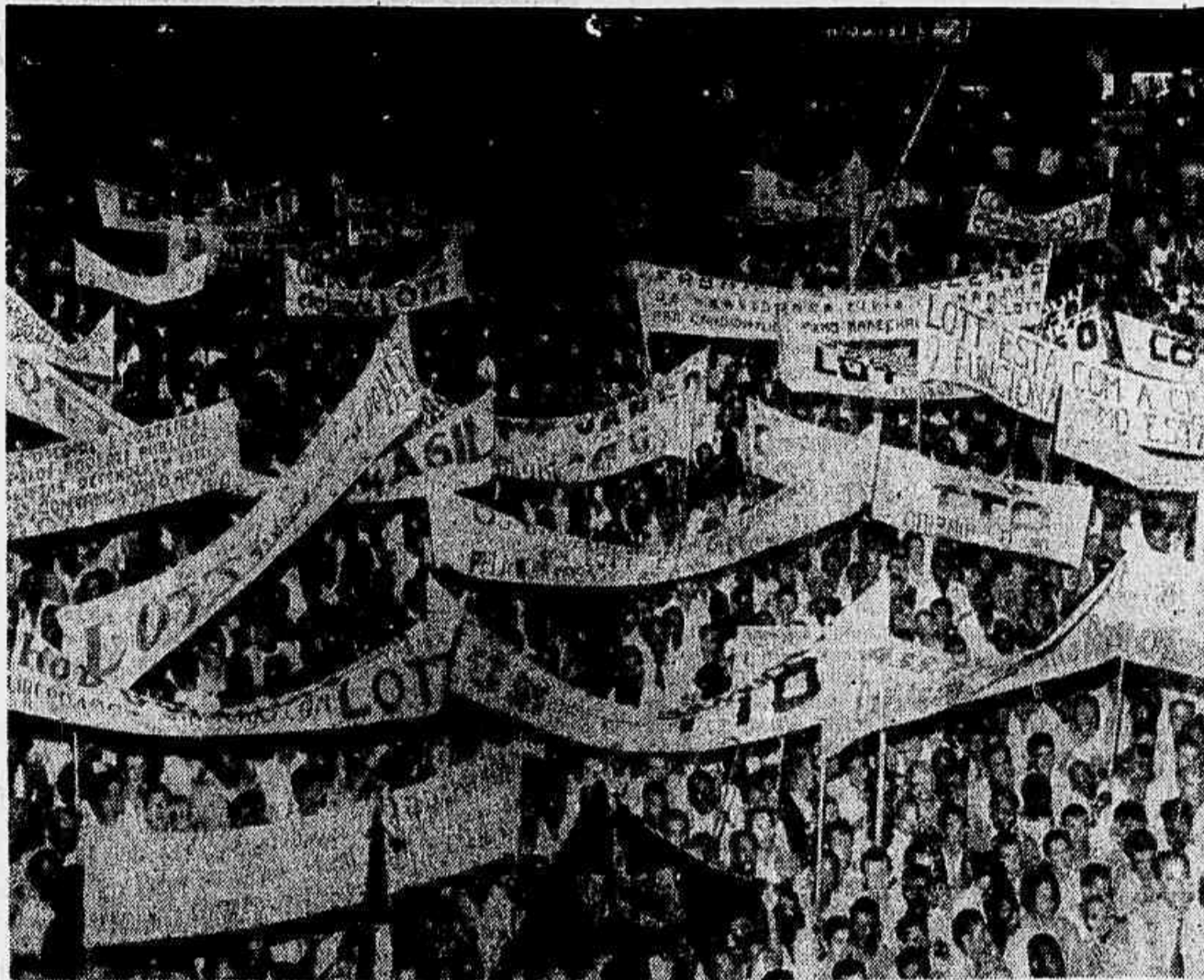


INICIA A CAMPANHA NOS BRACOS DO POVO

ANO I — SEMANA DE 19 A 25 DE FEVEREIRO DE 1960 — N.º 52

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



CONSAGRAÇÃO DO POVO CARIOCA ao candidato nacionalista foi a manifestação prestada ao marechal Teixeira Lott no último dia 15. Dezenas de milhares de pessoas, conduzindo centenas de faixas e cartazes, participaram na impressionante demonstração, que foi uma arrancada triunfal para as eleições de 3 de outubro. — (Reportagem na 3.ª página).

Armando Falcão sabota classificação.

Texto na 11.ª página.

LOTT NAS RUAS

Com a grandiosa manifestação do dia 15 a campanha pela vitória da candidatura nacionalista do marechal Teixeira Lott entrou em uma nova etapa. Saiu das discussões partidárias para as ruas. Começou a encontrar seu verdadeiro clima, a alimentar-se do entusiástico apoio popular.

O calor com que o povo carioca homenageou o candidato nacionalista derreteu a propaganda mentirosa da imprensa janista, que pretendia caracterizar a candidatura Lott como uma iniciativa de cúpula, desprovida de repercussão no seio do povo. A realidade é bem outra. Enquanto a candidatura Jânio perde substância após a desastrosa «tournée» do circo janista pelo norte do país, enquanto alguns grupos udenistas buscam a salvação no apelo a novas fórmulas, a candidatura nacionalista vence a etapa de sua consolidação e ganha a praça pública.

Como se explica a receptividade popular ao nome do marechal Lott?

E' que o povo vem identificando nas forças políticas reunidas em torno de Lott aquelas que representam, fundamentalmente, os interesses nacionais e populares, em contraste com os grupos econômicos entregulistas e reacionários que patrocinam Jânio. Não resta dúvida de que há também setores antinacionais e antidemocráticos no conjunto de forças que apoiam Lott. Mas o importante é que tais elementos não estão conseguindo dar a tônica à campanha do Marechal. O povo sente, assim, que o programa da candidatura Lott formulado em recentes declarações do candidato, adquire um acentuado cunho nacionalista e democrático e merece o apoio de todos os brasileiros interessados na emancipação e no progresso do país.

Em face desse quadro, uma conclusão se impõe: A candidatura Lott ganhará tanto maior base de massas e terá tanto maiores possibilidades de vitória quanto mais for impulsionada pelas forças nacionalistas e populares. E' o apoio maciço e decidido dos operários, dos estudantes, dos intelectuais, das camadas médias da cidade e do campo, de todos os patriotas, que pode anular as tentativas de desvirtuamento e impopularização da candidatura nacionalista por parte de alguns reacionários nela engajados a contragosto e com intuítos sabotadores, tais como Armando Falcão, Amaral Peixoto e Pais de Almeida.

A fim de assegurar e ampliar a base eleitoral do candidato nacionalista é necessário, portanto, multiplicar os comitês unitários pró-Lott e Jango, não permitir que vingam as tentativas divisionistas, dinamizar a campanha nas fábricas, nos bairros, nas escolas, nas ruas, intensificar a propaganda, os comícios e o alistamento, fazer da campanha de Lott-Jango uma verdadeira campanha de massas.

(Continua na 3.ª página)

URSS empresta

100 milhões

de dólares

a CUBA

TEXTO NA 2.ª PÁGINA

Marítimos Defendem Lóide e Costeira

REPORTAGEM NA 7.ª PÁGINA



Violências contra marítimos de Macau e Areia Branca

Texto na 7.ª página

O janista Carvalho Pinto defende o aumento dos remédios

Reportagem na 11.ª pág.

ATÉ QUANDO COMBATEM MOSQUITOS DEFENDEM OS MONOPÓLIOS

REPORTAGEM NA 3.ª PÁGINA

ANUIDADES ESTUDANTES SÓ IRÃO À ESCOLA APÓS A REVOGAÇÃO DO AUMENTO

TEXTO NA 10.ª PÁGINA

JÂNIO EXPULSO DO SINDICATO DE ITAJAÍ, SANTA CATARINA

Leia em "Circo Janista" na 3.ª página

Exército participa da renovação de Cuba

Quartéis São Transformados Em Escolas: Soldados Colaboram Na Reforma Agrária!

Avançamos por uma estrada central até o extremo ocidental da Ilha. De um lado e de outro, os campos de Cuba recobram seu esplendor de antes. Dir-se-ia que há nova vida nas inúmeras plantações de tabaco que margeiam a estrada. Novos campos foram lavrados e da terra brotam, com a cor verde da esperança, novas plantas.

Estamos em Hanana com uma missão jornalística específica: cobrir o noticiário de um julgamento revolucionário no Regimento número 6 de Pinar del Río. Mas esse objetivo inicial ficava quase esquecido. Sem querer, assistimos a um julgamento menos espetacular, porém mais significativo, que o que condenou a 25 e

20 anos de prisão a dois cidadãos norte-americanos. E meio-dia quando avistamos as instalações militares. Alguns edifícios rodeados de terra lavrada. Isso nos chama a atenção. Antes, essas terras eram baldios e eram utilizadas para práticas militares. Hoje, os soldados exercitam, sobre esses terrenos, a agricultura; semeiam frutas, árvores, criam porcos, carneiros e aves para abastecer-se, e ainda para abastecer alguma cooperativa próxima.

Penetramos no quartel e cumpimos nossa missão jornalística. Mas não estamos satisfeitos. Queremos ver como são por dentro os quartéis da Cuba revolucionária. Um tenente revolucionário nos guia, para satisfazer nossa curiosidade.

SOLDADOS TRABALHANDO

O primeiro edifício e um



Nas cooperativas agrícolas recentemente formadas, os soldados revolucionários ajudam os camponeses a construir casas para substituir as choupanas em que moraram até agora. Na foto vemos a aldeia de uma cooperativa sendo terminada.

Por JOSE PRADO LABALLÓS
(Exclusivo para NR)

momento de Cuba. Os elementos de destruição, as armas, se enferrujam lentamente e ninguém os lamenta. A 25 metros de distância, outro amplo galpão, um tanto fora de ordem. Em seu interior, 200 fogões a que-rosene amontoam-se aguardando o momento de substituírem os primitivos fogões dos "guajitros".

São também construídos pelos nossos soldados — informa o tenente Telleria, chefe do Departamento. — Fabricam-se 10 por dia.

QUARTÉIS EM ESCOLAS

— Por quanto tempo essas coisas serão construídas aqui? — perguntamos. — Não muito. Este quartel também será entregue ao Ministério da Educação, para le-

vantar um centro escolar em seu lugar. Já entregamos 15 quartéis, apenas nesta província.

— E depois? — Iremos para outro lugar. Queremos "uma casa para cada família camponesa".

Regressamos ao comando profundamente impressionados e interessados em ver mais alguma coisa.

O comandante nos apresenta a um tenente. Trata-se do delegado do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), na zona PR-1, que abarca os municípios de San Juan e Martines e Guane.

Embarcamos num automóvel e começamos a penetrar naquela zona, fundamentalmente fumageta.

Percorremos 20 quilômetros e nos encontramos numa grande plantação de tabaco.

UMA COOPERATIVA QUE COMEÇA

Esta propriedade pertenceu ao ex-representante Enrique Saludesnos, informa o tenente — Estabelecemos aqui uma cooperativa agropecuária, onde atualmente trabalham 56 agricultores e 110 trabalhadores agrícolas que se ocupam das sementeiras de tabaco e das duas mil cabeças de gado existentes.

Este ano — acrescenta o tenente — produziremos nesta cooperativa 250 mil dólares em fumo e 80 mil em gado. Ademais, plantamos pomares e cuidamos de produtos em quantidades suficientes para o consumo local.

Os camponeses recebem aqui o salário que a lei estabelece, e, além disso, são-lhes distribuídos 8 por cento das receitas da cooperativa.



Sob o lema «mobilier uma casa por dia», os soldados do exército revolucionário constroem móveis para as recém-construídas casas para os camponeses. Na foto vemos um soldado terminando um armário.

com a venda das colheitas. Por outro lado, são-lhes facilitados créditos para que possam incentivar as culturas, viveres, roupas e medicamentos, que obtêm, a baixo preço, nas lojas do povoado.

A propriedade tem cerca de 100 "caballerías" (1.350 hectares), 80 das quais dedicadas ao gado e as 20 restantes ao fumo. Em diversas zonas da propriedade estão sendo levantadas 86 casas de blocos de cimento, para agricultores e suas famílias. Outras 40 são levantadas numa esplanada para os trabalhadores agrícolas.

EM PLENO CAMPO, POVOADOS NOVOS

Reiniciamos a caminhada. O automóvel avança, às vezes com dificuldade, por caminhos ainda não concluídos, e entramos no coração da campina. Logo, algo nos chama a atenção. Em meio de uma planície um povoado está sendo construído. Modernas e amplas casas de diversas cores erguem-se em torno de uma espaçosa avenida. Já foram edificadas 69 casas, algumas de dois pavimentos. No total, serão feitas 120, suficientes para

alojar outras tantas famílias da cooperativa "Hermanos Bains", organizada na propriedade "Pancho Perez", que pertence a um latifundiário.

Falamos com o responsável pela construção. Mostra-nos uma ampla edificação levantada na parte mais elevada da planície.

Este é o centro escolar. Tem sete salas com capacidade para 30 alunos cada uma, separadas por pátios internos que lhes dão uma ventilação adequada. Está totalmente equipada com móveis e utensílios que oferecem ao aluno as maiores comodidades para entregá-lo ao estudo.

Além disso, a loja do povoado. Substituirá as tradicionais vendas camponesas, onde os produtos eram vendidos a preços elevados. Agora os camponeses poderão adquirir viveres, medicamentos e roupas a um bom preço.

A cooperativa "Hermanos Bains" é também agropecuária; este ano produzirá um milhão de dólares em tabaco.

As casas que aqui estão (Conclui na 9.ª página)

A BOMBA FRANCESA

A explosão de uma bomba atômica pela França, no deserto do Saara, apesar da condenação formal da ONU, vem mostrar que, embora a tendência atual seja francamente favorável a coexistência pacífica, ainda há resistências sérias a vencer. Este fato é reforçado pela satisfação que a experiência provocou em Bonn, onde pontifica a política de guerra-fria promovida pelos militaristas de Adenauer. Ainda que inteiramente isolado, o aplauso do Governo da Alemanha Ocidental, que, aliás, ajudou a França a realizar a experiência mostra que os homens da política a partir de posições de força não cedem sem luta à pressão dos povos em favor da paz.

Qual o proveito que o povo francês poderá tirar desta experiência que, segundo o jornal conservador "Le Monde" custou importância correspondente a cerca de 55 bilhões de cruzeiros? A reação causada em todo o mundo, desde o protesto veemente do Japão e da RAI, ao congelamento dos bens franceses em Gana e a retirada do embaixador do Marrocos na França, mostra que a posição do próprio Poder pessoal de De Gaulle deteriorou-se consideravelmente no plano internacional. Internamente, o Governo da V República não conseguiu iludir as grandes massas com suas afirmações de que o armamento nuclear traria de volta a grandezas que a França perdeu com a derrocada de seu império colonial.

O único e verdadeiro resultado da bomba atômica francesa é constituir mais um obstáculo à assinatura de um acordo proibindo as experiências e o fabrico de armas nucleares, mais uma dificuldade a vencer no caminho da coexistência pacífica.

Fausto Cupertino

O COMBINADO SÍDERO-METALÚRGICO DE ANCHAN

LUIZ CARLOS PRESTES

Os êxitos alcançados pelo povo chinês na construção do socialismo são impressionantes e podem ser verificados, tanto nas cidades como no campo, no terreno da produção industrial como na produção agrícola, no que tange ao bem-estar e felicidade das grandes massas trabalhadoras, no terreno da saúde pública, assim como no da difusão da instrução popular, da elevação do nível cultural, científico e artístico da população do país. Mas é visitando os grandes centros industriais do Nordeste da China (Cheniang, Anchan, Fuchuan, etc.) que se pode melhor avaliar a impressionante obra realizada em apenas dez anos, ao transformar a velha China, atrasada e semicolonial, em poderosa potência industrial, possuidora de uma indústria pesada moderna que já produz as máquinas, veículos, ferramentas, combustíveis e demais materiais necessários à realização da progressiva industrialização do país, tudo aquilo que reclama a montagem das numerosas fábricas e usinas a serem construídas segundo os planos estatais.

Foi no Nordeste do país, na antiga Manchúria, que compreende as províncias de Liaoning, Kirin e Heilungkiang, que o governo e o Partido Comunista concentraram seus esforços, visando, através da reconstrução de velhas empresas paralelamente com a construção de novas, estabelecer a indústria pesada que pudesse servir de base para a industrialização de todo o país. Como é sabido, a China era um país industrialmente atrasado. Predominava a indústria leve e mesmo nesse setor apenas a indústria têxtil tivera algum desenvolvimento. Quanto à indústria pesada, era incipiente e tipicamente colonial. Chaveava fundamentalmente da extração de minerais para a exportação ou de sua primeira elaboração, em empresas atrasadas, em que os trabalhadores eram brutalmente explorados. Esses empreendimentos, inicialmente nas mãos dos imperialistas japoneses e, após a derrota militar destes, em 1945, na do Kuomintang, concentravam-se na referida região, ricas em carvão, minérios de ferro e outros recursos naturais.

Além, a distribuição geográfica da indústria na China, como natural decorrência de seu caráter colonial, era altamente irracional. Em 1952 ao terminar o período de reconstrução econômica (1949-1952), as indústrias que produziam mais de 70% do xafé total da produção industrial do país estavam localizadas nas províncias litorâneas. Os planos estatais de construção econômica, a partir do 1.º Plano Quinquenal (1953-57), procuram corrigir essa distribuição irracional, substituindo-a por outra, mais adequada às condições objetivas.

No 8.º elaborado o 1.º Plano Quinquenal (1953-57), já se levou em conta a necessidade de uma total utilização das bases industriais que existiam no Nordeste do país, em Shangai e noutras cidades. Era, portanto, particularmente, a reconstrução da base industrial do Nordeste que tem como centro o combinado de produção de ferro e aço de Anchan, como maneira mais acertada de conseguir-se a mais rápida expansão da produção básica indispensável às imediatas exigências da economia nacional e capaz

de ajudar na criação de novas áreas industriais. Era previsto ainda o reforçamento da base industrial do Nordeste por meio da construção de novas empresas que utilizassem os recursos naturais locais e a produção das velhas empresas reconstruídas.

A base industrial do Nordeste tem sido, assim, desde a libertação, o núcleo econômico cujo trabalho tem permitido o rápido desenvolvimento da produção em todo o país. Com o 1.º Plano Quinquenal, o nordeste da China tornou-se o centro industrial mais importante do país e a base efetiva de todo o seu desenvolvimento econômico. Quarenta e uma unidades de produção, reconstruídas ou inteiramente novas (fábrica de tubos sem costura, de laminados pesados, rústicos e contínuos, etc.), foram agregadas ao Combinado Sidero-metalúrgico de Anchan, centro da produção industrial de base da região, entre os anos de 1953 e 1957. A produção de ferro e aço de Anchan aumentou rapidamente, o que contribuiu decisivamente para a realização com êxito dos programas estatais em todo o país, permitindo a construção de usinas e fábricas, a abertura de novas minas, a construção de ferrovias, de pontes, etc., assim como a intensificação dos trabalhos de prospeção geológica.

Para que se possa ter uma idéia dos ritmos alcançados no desenvolvimento da produção em Anchan é necessário não esquecer a situação em que se encontrava a empresa em 1948, quase completamente destruída, paralisada e incapaz de produzir. Além disso, a reconstrução era difícil, já que os operários haviam sido dispersados em sua maior parte e poucas restavam na região, faltavam materiais e a documentação desaparecera. Apesar disso, em julho de 1949 um alto forno começa a produzir e as minas reiniciavam a exploração. Em pequena escala começava a produção de coque e de aço. Em 1952, estava porém terminada a reconstrução e o nível da produção aproximava-se do alcançado pelos japoneses em 1943. A produção anual de aço chegava a 780 mil toneladas e a de ferro gusa a 830 mil toneladas. Em 1953, com o início do 1.º Plano Quinquenal, começava a ampliação e transformação da empresa, que, em 1957, já produzia 3.380.000 toneladas de ferro gusa, ou 4 vezes mais que em 1952, e 2.910.000 toneladas de aço, ou 3,71 vezes mais que em 1952. Simultaneamente, a empresa, que tinha um caráter colonial, onde não havia segurança para o trabalho, em que não se cuidava do bem-estar dos trabalhadores e que tinha um nível de produção muito baixo, transformava-se por completo, alcançando altos níveis de produtividade e as características de uma empresa socialista moderna. Enquanto, em 1949, produzia apenas 250 tipos de máquinas e materiais diversos, já em 1958 elaborava 5.700 tipos de máquinas, ferramentas e materiais diversos. Ajudando na reconstrução econômica do país, o Combinado de Anchan enviava 2.000 vagões de material, em 1949, 40.000 vagões, em 1952, e 200.000 vagões, em 1958. A partir da libertação, o Combinado de Anchan forneceu ao país mais de 12 milhões de toneladas de material de aço, atendendo às necessidades de mais de duas mil fábricas de todo o país.

Além de tão grande produção, o Combinado de Anchan tem também fornecido técnicos e operários especializados a todo o país. De 1954 a 59, foram enviados 80 mil técnicos e operários especializados para numerosas fábricas de todo o país e, simultaneamente, cerca de 70 mil operários de outras fábricas foram praticar e especializar-se em Anchan. É igualmente notável a batalha que se trava, sob a direção do Partido Comunista, visando aumentar a produtividade em todos os setores de trabalho. Em 1958, chegou-se a produzir, por metro cúbico de forno, uma tonelada de ferro em 24 horas, mas no 1.º semestre de 59 chegava-se a 1,63 toneladas e no 2.º semestre a 1,7 e 1,8 toneladas. Sob a dominação japonesa jamais se produziu em Anchan mais de 0,6 toneladas, por metro cúbico de forno, em 24 horas. Quanto à produção de aço, que era, em setembro de 1959, de 15 a 16 toneladas diárias, chegava, em outubro, a 18,7 toneladas diárias e logo a seguir a 19,22 toneladas diárias, para atingir na véspera do dia em que visitamos a empresa o total de 19,35 toneladas. Os êxitos alcançados devem-se fundamentalmente ao entusiasmo dos trabalhadores nos quais se apoia toda a atividade do Partido Comunista. Outro fator importante que permitiu a rápida reconstrução da empresa e as novas construções está na considerável ajuda da União Soviética, questão que abordarei em próximo artigo.



NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmon

BORGES REDATORES
Almir Mattos, Rui Foa, Paulo Mota Lima, Maria da Graça Luis Gililar, dist.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17 andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9 andar, S/305 Endereço telegráfico —

«NOVOS RUMOS» ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral " 150,00
Trimestral " 70,00
Área ou sob registro, despesas à parte.
N. avulso Cr\$ 5,00
N. atrasado " 8,00



RAIMUNDO NONATO

O CIRCO JANISTA

Em sua recente excursão a Santa Catarina, Jânio Quadros foi convidado pelos trabalhadores de um sindicato de Itajaí a realizar uma sabatina com os operários, na sede do sindicato.

Jânio, muito satisfeito, aceitou o convite e foi ao sindicato. Ai, pronunciou uma palestra. Como falava a trabalhadores, referiu-se à Previdência Social e atacou violentamente o Governo por não recolher as cotas devidas aos Institutos.

Tudo ia muito bem, quando um trabalhador pediu a palavra e, com toda serenidade, declarou que estava de acordo com a crítica feita ao Governo. Mas — acrescentou — é preciso lembrar que quando V. Exa. estava no Governo de S. Paulo, fazia a mesma coisa, isto é, não recolhia as cotas devidas, pelo Estado às instituições locais de previdência. A observação do operário foi entusiástica e aplaudida pela assistência.

Desesperado, e num dos seus costumeiros acessos de cólera histerista, Jânio nem tentou justificar-se. Gritou, apoplético:

— Quem me deu o aparte é um provocador! Deve ser algum comunista infiltrado na assembleia! Exijo da assembleia que este provocador seja expulso!

Sem perder a serenidade, o trabalhador retomou a palavra:

— O sr. comete dois enganos. Primeiro, não sou nenhum provocador, sou o secretário do Sindicato. Segundo, o sr. é convidado meu e de meus companheiros. Portanto, se alguém deve ser expulso daqui não sou eu, mas o senhor, que não sabe discutir com os trabalhadores.

Mais furioso ainda, resmungando xingamentos e palavras inteligentes, Jânio se convenceu de que o melhor mesmo era abandonar a assembleia. Meteu o rabo entre as pernas e em um minuto deixou a sede do Sindicato.

Com a aproximação da data da visita de Eisenhower, aumenta a propaganda em torno da «melhoria das relações brasileiro-americanas» e do «reforçamento da tradicional amizade entre os dois países». A ocasião é boa, portanto, para repetir a pergunta: a quem tem beneficiado estas relações, de que nos tem servido esta amizade? O embaixador brasileiro em Washington, Walter Moreira Salles, apesar de falar em tom «respeitoso» e cheio de rapapés, deu uma resposta em recente discurso.

Disse o sr. Moreira Salles: «Os países da América Latina tentam evitar maior deterioração da posição econômica das nações exportadoras de café. Nosso objetivo não é levantar o preço do café, mas evitar que desça a níveis desastrosos». Para bom entendedor, meia palavra basta: o representante do Governo brasileiro sabe perfeitamente que os preços do café são mantidos em níveis cada vez mais baixos pela Casa Branca no interesse da American Coffee. Leon Israel e outros monopólios que controlam a exportação de nosso café e pede apenas que nos dêem algumas migalhas a mais. Aliás, o discurso do sr. Moreira Salles foi um dos passos iniciais para a grande corrida ao som de «Me dá um dinheiro aí», com que o Governo brasileiro se prepara para receber Eisenhower.

HISTÓRIA MAL CONTADA

Mas o sr. Moreira Salles

Consagração a Lott, candidato nacionalista

Nos Braços Do Povo Para a Vitória

Uma nítida antevisão da vitória no pleito de 3 de outubro — esta foi a impressão que deixou em dezenas de milhares de pessoas a impressionante manifestação que o povo carioca prestou, na última segunda-feira, ao candidato nacionalista Teixeira Lott, por motivo do seu afastamento do Ministério da Guerra e o início da nova fase de sua campanha eleitoral.

Poucas vezes se terá visto na Capital Federal uma manifestação popular tão grandiosa e entusiástica. As dezenas de milhares de trabalhadores e homens do povo que se reuniram em frente ao Ministério da Guerra e, arguindo centenas de faixas e cartazes, desfilaram em seguida pela Avenida Presidente Vargas até o Largo da Carioca paralisaram, durante mais de duas horas, todo o movimento no centro da cidade, fazendo com que a homenagem a Lott se convertesse, afinal, numa concentração de massas talvez sem precedentes no Rio.

Foi assim que se iniciou a nova etapa da campanha eleitoral de Lott, quando o marechal deixa a chefia do Exército para se apresentar ao povo unicamente como o candidato das forças nacionalistas e democráticas à sucessão presidencial. E o que os cariocas presenciaram foi uma arrancada verdadeiramente triunfal.

SOLIDARIEDADE DO EXERCITO

Foi comovedora a despedida do marechal Lott aos seus camaradas do Exército. Além de todos os generais em serviço, nesta capital, a esmagadora maioria da oficialidade compareceu ao palácio da Praça da República para a despedida. E no instante em que deixava o edifício do Ministério para, no seio do povo, dirigir-se ao Largo da Carioca, centenas de oficiais e soldados acenavam para Lott, das sacadas e janelas, literalmente ocupadas, despedindo-se do antigo ministro e manifestando-lhe sua solidariedade e seu apoio.

A solenidade de passagem da pasta da Guerra ao marechal Odílio Denys foi breve. O marechal Lott pronunciou um discurso em que fez um balanço de sua atividade à frente do Ministério, sendo respondido pelo marechal Denys num rápido discurso.

Em sua oração, o marechal Lott fez uma referência à campanha eleitoral, dizendo:

«Não receio a luta nesse novo terreno. Minha candidatura não é do Exército, nem por este foi imposta. Ela é, apenas, a de um intransigente defensor da lei e da política desenvolvimentista nacional, que pretende dirigir os destinos da Pátria sem quaisquer compromissos»

subalternos ou com grupos econômicos, que possam comprometer o futuro do Brasil.

DESENVOLVIMENTO E INDEPENDENCIA

No Comitê Nacionalista Lott-Jango, na Av. Presidente Vargas, para onde se dirigiu o marechal Teixeira Lott acompanhado de compacta massa popular ao deixar o Ministério da Guerra, realizou-se o primeiro comício. Falaram então os deputados Mendes de Moraes e José Joffily e o diretor do ISEB, prof. Roland Corbísier, além do candidato nacionalista. Predominou em todos os discursos o sentido de luta pelos interesses nacionais, pelo desenvolvimento independente do país e por uma política voltada para as mais sentidas aspirações do povo. O prof. Roland Corbísier assinalou em seu discurso que «apesar das tentativas feitas pelos nossos inimigos, é inevitável que a campanha eleitoral se apresente em termos de luta aberta entre o nacionalismo e o entreguismo. E o candidato que está identificado com o movimento nacionalista — não por conveniências momentâneas, mas graças a uma convicção formada no conhecimento dos problemas do Brasil — é o marechal Teixeira Lott. E por isso também é que nas urnas de 3 de outubro sairá vito-

rioso o nome do nosso candidato».

Era impressionante o calor com que a grande massa aclamava os oradores, sempre que eles abordavam os problemas ligados à luta nacionalista e à necessidade de uma política capaz de assegurar ao nosso povo uma vida mais feliz, de menos miséria e sofrimentos.

E este entusiasmo falou maior ainda quando o marechal Lott se dirigiu ao povo. Dentre outros, o candidato nacionalista abordou três problemas fundamentais: a urgência de ser contida a espoliação de nosso país pelos monopólios estrangeiros, a necessidade de ser garantida a escola primária pública e gratuita para as crianças brasileiras e a justiça de reivindicações populares e operárias como a regulamentação do direito de greve e a revisão da previdência social.

«Não mais desejamos — disse Lott — que o suor do trabalhador brasileiro sirva para enriquecer os que estão no estrangeiro. Não é possível que o esforço dos brasileiros continue aproveitando aos países estrangeiros. O que é preciso é que o trabalho brasileiro seja capitalizado a favor do nosso país. E por isto que vamos lutar: pela emancipação econômica do Brasil».

JURAMENTO DIANTE DO POVO

No Largo da Carioca, onde se concentrara a imensa massa humana que vinha acompanhando o marechal Lott desde a Av. Presidente Vargas realizou-se o segundo comício. Da sacada do Comitê Pró-Candidatura Lott, e em meio à mais intensa vitória (Conclui na 5.ª Pág.)

DESENVOLVIMENTO EM BENEFÍCIO DO POVO

No comício da Avenida Presidente Vargas foi o discurso do deputado José Joffily o mais aplaudido, depois do marechal Lott. O vice-presidente da Frente Parlamentar Nacionalista abordou com bastante objetividade uma série de problemas fundamentais da situação econômica e política do país, definindo inclusive o tipo de desenvolvimento que o povo brasileiro apóia e pelo qual vem lutando: «O povo entende o desenvolvimento econômico — disse o parlamentar parabenizando — como uma política de independência em relação aos monopólios imperialistas, tal como V. Exa. defende. O desenvolvimento deve levar o Brasil à sua emancipação, e não à concessão de favores aos trustes estrangeiros. O povo compreende o desenvolvimento do país, mantendo o Brasil relações econômicas mutuamente vantajosas com todos os povos. Só compreende o progresso nacional sobre a base de medidas fundamentais como a reforma agrária, de que o marechal Lott

se tem feito um lutador. O povo brasileiro conhece o desenvolvimento como uma política que assegure às massas trabalhadoras os direitos democráticos que lhe pertencem naturalmente, como o direito de greve, e o marechal Lott o entende muito bem. Só compreende a emancipação econômica nacional se forem levadas à prática medidas essenciais como a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras, que hoje espoliam a nossa economia, e a nacionalização dos depósitos em bancos estrangeiros. O povo só entende, enfim, o desenvolvimento como uma política que resulte em uma vida melhor, sem as aflições da carestia, sem o desemprego, sem os tormentos do todo dia. O povo encara a candidatura de V. Exa., cidadão Teixeira Lott, como a certeza de que esta política progressista e independente será realizada em nosso país. E por isso o povo brasileiro dará a vitória a Lott nas eleições de 3 de outubro».

À MARGEM DA VISITA DE EISENHOWER

ATÉ QUANDO COMBATEM MOSQUITOS ESTÃO DEFENDENDO OS MONOPÓLIOS

conhece a história e, com todo o respeito que tem pelos grandes amigos do norte, não pode deixar de contar um pouco dela. E então lembra que, contra a tendência observada no conjunto do comércio internacional, o valor em dólares de nossas exportações vem diminuindo ano após ano, por mais que aumentem em quantidade. Só de 1951 a 1958 elas caíram de 911 a 566 milhões de dólares — o mesmo acontecendo com os outros países latino-americanos. Porque acontece isto? Responde o sr. Moreira Salles: «Encontra-se no declínio dos preços a razão para essa queda vertical na receita de exportação dos países produtores de matérias primas. E não há quem possa discordar dele neste ponto».

Tudo mundo sabe que no ano passado os grandes monopólios que controlam a importação de café pelos Estados Unidos renovaram seus estoques e importaram grandes quantidades do produto. Aconteceu então que o número de sacas compradas passou em comparação com 1959 de 21 a

23 milhões, mas o preço pago por esse café baixou de um milhão e duzentos para um milhão e cem mil dólares. Isto representou para os países produtores de café uma diminuição de 18% nos preços. Como, entretanto, o Brasil é considerado um grande amigo pelos monopólios norte-americanos teve direito a uma situação privilegiada. Em vez dessa queda de 18% tivemos que agüentar a diminuição de cerca de 33% nos preços de nosso produto! Segundo os dados mais recentes fornecidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito relativos à exportação de café para os Estados Unidos no primeiro semestre do ano passado, temos o seguinte:

As exportações brasileiras aumentaram em cerca de um terço, passando de 3.410.000 sacas a 4.513.000. O valor dessa exportação, porém, ao invés de aumentar, diminuiu, passando de 196,6 milhões de dólares a 136,5 milhões. Não há dúvida, de fato, que é imensa a «amizade» dos monopólios norte-americanos pelo Brasil!

A "AJUDA" IANQUE

O sr. Nelson Rocketeiler, que além de amigo particular de Jânio Quadros, é governador de Nova Iorque e membro da Ilustre família da ESSO, dá-nos um outro exemplo ilustrativo da «ajuda» ianque ao Brasil. Num relatório elaborado sob sua direção para o presidente dos Estados Unidos, diz o amigo de Jânio: «o absentismo na estrada de ferro Vitória-Minas foi drasticamente extirpado mediante um controle efetivo do impudismo. Isto tornou possível reduzir as brigadas de manutenção em um terço, e, por sua vez, reduziu o custo de extração e de transporte do minério de ferro e da mica do Vale do Rio Doce». Em outras palavras, que ninguém se iluda quanto aos objetivos dos imperialistas; não combater a doença por ódio ao mosquito, nem por amor ao brasileiro, mas para baixar o preço das matérias-primas. E não se pense que o próprio Governo norte-americano fica atrás quando se trata de «obras humanitárias». Ai está o

Um submarino fantasma percorre as águas geladas da Patagônia e dá motivo a vastíssimo noticiário sensacionalista, não só na Argentina, como noutros pontos deste privilegiado «mundo livre» em que vivemos. Um ou dois submarinos. Talvez mesmo um cardume, como se diz no sul do Brasil, cu um aríufo, como se diz na base norte-americana de Fernando de Noronha, em língua nativa.

O próprio governo Frondizi, apesar de suas sólidas convicções ocidentais, não fornece nenhuma informação oficial sobre certos detalhes do caso. Mas não faltaram desde a primeira hora, pessoas geralmente bem informadas, informadas até abaixo d'água, que identificaram a nacionalidade do submarino, do casal de submarinos ou da numerosa família submarina; trata-se de um submarino, de um casal de submarinos ou de uma ninhada de submarinos soviéticos. Telegramas de Buenos Aires asseguram: «Não há dúvida de que se trata de submarino soviético». Um deputado de nome Anselmo Marini (talvez ouvido em face da origem naval do próprio nome), também acha que o submarino é soviético, ou que são soviéticos os submarinos, caso se queira levar as conjecturas ao plural. Não seria um cação dos grandes?

E' claro que a esquadra argentina se pôs em campo. Treze navios e quarenta aviões entraram em ação, nessa batalha naval contra um inimigo hipotético. Depois surgiu o auxílio da Marinha norte-americana, a mais fotogênica do «mundo livre». Os americanos entraram nessa guerra com bombas de grande profundidade, aparelhos de sonar e implementos das melhores marcas fabricadas com a rubrica «Made in USA». Tudo pago à vista e em dólares.

O almirante argentino Gaston Clement prometeu segunda-feira uma «precipitação dos acontecimentos». Mas admitiu que o submarino (ou submarinos?) acaba conseguindo fugir, o que sem dúvida será um belo coroamento para essa história tão cômica. Mais pessimista é o Serviço de Meteorologia da República vizinha, ao anunciar uma «turbulência ciclônica, que avançará na direção norte, procedente da região antártica». Essa turbulência poderá acabar de maneira inglória com a guerrilha da Patagônia, o que, segundo alguns estrategistas de café, facilitará a fuga do submarino, dos dois submarinos ou mesmo da frota de submarinos.

Pondo-se a brincadeira de lado, é o caso de se perguntar: a quem interessa a misteriosa aparição, ou presunção de aparição? A Frondizi, o corajoso presidente dos trustes ianques do petróleo? Numa «enquete» feita em Buenos Aires sugeriram que se pode tratar de uma provocação, orientada de Washington, com vistas a um rompimento com a URSS.

Em sociedade tudo se descobre...

Convenção Do PTB: Triunfo Da Candidatura De Lott

Ao lado da manifestação popular ao marechal Lott no dia 15, a Convenção Nacional do Partido Trabalhista é o grande acontecimento político destes dias. Oficializando o apoio do PTB a Lott, a Convenção trabalhista constitui um importante

fator de reforçamento da candidatura nacionalista e democrática.

As especulações que vinham sendo feitas em certos círculos janistas acerca de um imaginário — e por eles desejado — recuo do PTB em relação a Lott, perdem qualquer fundamento a partir deste instante. Ratificada a adesão a Lott, lançase agora o Partido Trabalhista, em todo o país, num trabalho concreto em prol da candidatura que unifica as forças nacionalistas e democráticas de nosso povo.

Ao mesmo tempo, o Partido Trabalhista, através de sua direção e de sua bancada na Câmara Federal, insistem junto ao Governo federal — com o apoio já declarado do marechal Teixeira Lott — no

sentido de serem atendidas algumas das reivindicações básicas do movimento nacionalista e das massas trabalhadoras: regulamentação do direito de greve, aprovação da lei de Previdência Social, reclassificação do funcionalismo, limitação da remessa de lucros e nacionalização dos depósitos bancários. Estas reivindicações — em face das quais o setor reacionário do Governo e o próprio sr. Kubitschek vêm resistindo — estão ligadas ao robustecimento da candidatura Lott. As exigências formuladas pelo PTB ao Governo contam com o apoio das forças nacionalistas e do movimento operário e popular. A Convenção do PTB constitui mais uma grande vitória da candidatura Teixeira Lott.

COMITÊS LOTT-JANGO

Foi constituída a Comissão Preparatória do Movimento Sindical Pró-Lott e Jango, numa reunião realizada no último dia 10, na ABI, que contou com a presença de grande número de trabalhadores. Foi lançado um manifesto esclarecendo os objetivos do movimento.

A Comissão Provisória, eleita na ocasião, ficou assim constituída: — Ari Campista (CNTD), Wilson Reis (comunicações), Giovanni Romita (gráfico), Benedito Cerquel-

ra (metalúrgico), Rui Alves Guimarães (comércio hoteleiro), Argemiro Rocha Figueiredo (energia elétrica), Geraldo Soares (carris urbanos), Roberto Morena (marcenário), Moacir Palmeira (aeroviário) Floriano da Silveira Maciel (produtos químicos), Mequendo Rachid (rodoviário), Sebastião Luiz dos Santos (marítimo), Geraldo da Rocha Matos (transportes terrestres), e Aluysio Palhano (bancário).

Lott Nas Ruas

Esta campanha sensibilizará as grandes massas trabalhadoras e populares à medida em que os partidários da candidatura nacionalista — e, em especial, os comunistas — souberem vincular soluções patrióticas para os grandes problemas do país às questões imediatas que interessam diretamente aos trabalhadores e ao povo, ao problema do pão de cada dia.

FRÉDÉRIC CHOPIN

Ivan Junqueira

Frédéric François Chopin, o mais intrinsecamente musical dos músicos românticos, nasceu em Zelazowa-Wola, perto de Varsóvia, no ano de 1810. Sua obra, reflexo de um temperamento convulso, fragmentário (e mesmo patológico), rompe as camadas do tempo e surge — malgrado o lamentável equívoco daqueles que a pretenderam condenar ao ostracismo das estruturas menores — como um dos mais autênticos e complexos testemunhos que nos tenha legado a música.

Forçoso se torna, a todo aquele que se disponha a dissecar a herança de que o gênio seja, simultaneamente com ela, investigar-lhe a vida, esse enigmático algoz que o ilumina e escarnece... Menino prodígio, gozou Chopin, durante sua trans-

parente infância polonesa, de todos os privilégios inerentes a uma sólida formação musical. Esgotados, todavia, os recursos de que dispunha em sua terra natal, resolve, em 1830, aperfeiçoar-se em centros europeus mais avançados. Sua partida de Varsóvia coincide com as primeiras manifestações da revolução aristocrático-liberal, cujo fracasso determinaria mais tarde o domínio czarista na Polónia. Esse acontecimento há de gravar-se para sempre na memória do artista, que guardará de sua pátria distante, apunhalada (e nunca mais revista), uma reminiscência nostálgica, responsável por inúmeras composições, tais sejam: polonesas (polonesa militar op. 40), sonatas, estudos (estudo revolucionário op. 10 n.

12 em dó menor), mazurkas, prelúdios (o sombrio, quase trágico, prelúdio op. 24, composto em Palma, na ilha Maiorca, quando lá esteve na tentativa de debelar o mal que em breve o levaria), valsas e noturnos. E, aliás, em virtude desse infinito desgosto, que a música de Chopin adquire, desde então, um caráter profundamente nacionalista.

Viena é a primeira cidade a recebê-lo, e o faz sob ruidosa borrasca de aplausos. Em seguida, Paris, onde a sociedade aristocrática e os intránsigentes melos intelectuais lhe concedem suas graças, envolvem-no numa áurea de admiração, desespero e nostalgia. Aquí, demorado (pela voracidade de um público sempre ávido de novas emoções, envenenado pela vulgaridade de sua

amante, a escritora George Sand, roído pelas recordações de sua Polónia perdida, minado pela tuberculose, mas composto sempre e vertiginosamente, extingue-se a chama do gênio de Chopin. Seus restos mortais foram sepultados no cemitério Père Lachaise, em Paris. Alguns anos depois, seu coração — apenas seu coração, enfim pacificado — foi conduzido à última moradia, na catedral de Varsóvia.

Ao lado de Weber, Glinka, Moniuszko e outros menos influentes, aparece Chopin como um dos fundadores do romantismo nacionalista, sendo-lhe, entretanto, reservada maior importância, devido à medula, estritamente musical, de suas composições. Admirador fervoroso de Mozart, manteve, como este compositor, tamanho e tão fundo colóquio com a música em suas raízes mais recônditas e secretas, que pôde, dessa forma, evitar os deslizes literários, assaz frequentes entre os românticos. E curioso observar-se, adverte Mário de Andrade em sua estupenda "Pequena História da Música", certas preferências dos músicos: Chopin adorava Mozart, Debussy adorava Chopin. Temos aqui uma genealogia de preferências que permite constatar, através da evolução do romantismo, uma espécie de obediência, quase religiosa, ao conceito de música pura, que Mozart simboliza.

Um dos traços mais característicos do romantismo chopiniano, é sua manifesta tendência às formas curtas, nas quais o artista se entregava de corpo e alma ao devaneio poético, seu mais verdadeiro e palpável domínio. Neste caso, podem ser



Frédéric Chopin.

UM GENERAL DAS ARÁBIAS

ENEIDA

Acontece cada uma! Vejam só com que desprante, com que cinismo (o nome é outro, mas chamemos assim) um general norte-americano chamado Cabell, no Comité de Segurança Interior do Senado dos EE. UU. apresentou denúncias contra o ISEB, chamando-o «ninho de comunistas» muito perigoso para a «segurança» das Américas. Inicialmente, o que tem que ver esse general com o nosso país, quem lhe deu direito de ditar regras ao nosso povo, de levantar o dedo — que nesse momento toma ares de divino — para acusar uma instituição brasileira? Que diabo de força é essa dos Estados Unidos, que pode ser ameaçada por uma instituição de estudos, que forma, ou, melhor, colabora para o desenvolvimento de nossa cultura?

Vocês, amigos leitores, já pensaram o que faríamos — mesmo os mais doces e humildes de coração — se o vizinho do lado, ou o riacho que mora em frente, viessem um dia mandar na nossa casa, achar que isto ou aquilo estava errado, se viessem dar ordens, exigir atitudes, proibirem de comer feijão ou de usar calção? Digam: o que faríamos, você, eu, nós? A casa é nossa, somos nós que trabalhamos para mantê-la, jamais, portanto, permitiríamos que quem quer que seja se intrometesse nela. O raciocínio pode ser primário, mas é o melhor para ser usado quando se vê um general desses, tão das Arábias, tentando dar ordens no nosso país, vindo, como um bom policial, apontar com o dedo uma instituição de cultura de estudos.

Minha prezada Adalgisa Neri escre-

veu sobre isso, em «Última Hora», um artigo notável do qual peço licença para transcrever estes trechos: «De início, o que tem a ver o general Cabell com as nossas deliberações familiares? Se lhe sobra tempo e energia combativa, que vá ajudar os técnicos norte-americanos a jogar um fogueito na lua ou que vá empregar suas horas vadias no «hobby» de carpinteiro». E mais adiante: «Por que o general Cabell não vai fazer estudos na República Dominicana e, após certas constatações, apresentar denúncias tenebrosas contra quem alimenta o generalíssimo Trujillo?» Adalgisa é uma mulher sem medo e, nesse artigo, ataca com toda a razão a imprensa «sadia» que logo colocouse ao lado de Cabell e bem sabemos por quê.

Vejam agora como a brava Adalgisa termina o artigo: «Esse instituto dá acesso a todos os jovens que aspiram ter contato com as fontes, os motivos de agravamento e as causas de estacionamento dos problemas nacionais. E essa curiosidade dos jovens brasileiros aborrece muito aqueles que não desejam ver a história contada e emiugada, como é feita pelo «ISEB».

O Manifesto Comunista de Marx-Engels tem cento e treze anos de idade. Muitas águas correram no mundo, rios de sangue, grandes lutas até a Revolução Russa. O mundo socialista está aí afirmando o quanto realiza o proletariado e o povo no poder, mas o fantasma, aquele fantasma que o Manifesto proclama na sua primeira linha, continua na cabeça de todos os Cabell. Muito triste, pois não?

Incluídos os estudos, baladas, noturnos, valsas (nestas já se pode notar as influências recebidas em Paris; são, a rigor, o que de pior existe em sua obra), etc. Os scherzos talvez sejam as peças mais originais e vigorosas de Chopin, contaminadas por um humorismo cáustico e mordaz, antecipam, de certa maneira, as paisagens difusas do impressionismo.

Poder-se-ia ainda interpretá-los como sendo uma reação, furiosa e descontrolada, contra o romantismo mecânico, anêmico, elegante; e — por que não dizer? — contra si mesmo também. São poucas (e paradoxalmente clássicas) as incursões de Chopin aos territórios sinfônicos: apenas dois concertos para piano e orquestra.

Resta assinalar e estranho fato de ter sua obra, apesar de altamente esotérica, alcançado tamanha aceitação por parte do público, que parece ver em Chopin, não o imenso músico que ele foi, mas o romanesco personagem que as circunstâncias ordenaram que ele fosse.

A Luta Do Brasileiro Mitavaí Contra o Macobebe Imperialista

Havia até pouco tempo uma grande lacuna na literatura brasileira: onde estava o grande romance que refletisse a luta de nosso povo contra o imperialismo? Apesar de nossa literatura ser extremamente rica, expressando inúmeras vezes com força e fidelidade a vida de nosso povo, suas misérias e sua luta, faltava ainda aparecer alguém para seguir o caminho de Lobato no «Poço do Visconde». E essa lacuna que M. Cavalcanti Proença vem cobrir com «Manuscrito Holandês ou a peleja do Caboclo Mitavaí com o Monstro Macobebe».

Em primeiro lugar, quem é Mitavaí? Mitavaí (menino feio) Arandu (sábio) é o menino índio nascido das águas

de um rio sertanejo, é o peão de boiadeiro, é o camponês pobre, é o soldado da polícia, é o jagunço de um político, é o estudante, o jornalista, o político, é, enfim, o povo brasileiro com todos os seus sofrimentos, suas dificuldades, ignorância e ilusões, inteligência e luta. Percorrendo o Brasil de norte a sul, vivendo no sertão e na cidade, sofrendo a opressão do latifúndio ou servindo nas fileiras dos falsos defensores do povo, Mitavaí vai aprendendo com os acertos e os erros a encontrar seu verdadeiro inimigo: o monstro Macobebe. É o aparecimento de Macobebe, monstro que mesmo depois de morto reaparece, que vai resolver definitivamente o destino de Mitavaí. Ele tem que lutar contra o monstro que estava atacando sua gente.

Macobebe é um monstro que têm várias formas. As vezes é o grande homem de negócios que mora no estrangeiro mas tem muitas companhias no país. Mesmo quando aparece como monstro nem sempre é o mesmo e vai de um lugar para outro. Tem vários defensores: jornalistas, professores, negociantes, doutores, que dizem que ele é muito bom, que só quer viver entre nós e contribuir para o nosso progresso. E enquanto vão dizendo que Macobebe é um benefitor da nacionalidade, ele vai tomando conta do país pouco a pouco. Silência à imprensa e os outros meios de informação, dobra alguns partidos políticos, põe a seu serviço forças econômicas. Quando Mitavaí sai em seu encalço não falta quem diga que ele é que é o verdadeiro inimigo, o Anticristo, e não Macobebe. Não falta também quem se alie ao monstro, Mitavaí, porém, ajudado de um modo ou de outro por seus irmãos de sofrimento e luta, derrotará Macobebe e seus aliados, ou «primos». Era preciso, depois de matar o monstro, expulsar sua alma. E qual não é surpresa de Mitavaí quando «com meia hora passada, o corpo de Macobebe rabejou e abriu a goelama vomitando. Saíram muitos conhecidos lá de Popenó (Cidade Maravilhosa), doutores, jornalistas, banqueiros, fabricantes de garrafa, muita gente bem que estava gelatinosa, mole de morar no bucho do monstro e amarela de falta de sol. Mitavaí acendeu o charuto, fez um sino-salmão com a cin-

za e soprou fumaça néles que já ficaram gente outra vez, só que muito pálida e mentindo muito. Mitavaí mandou que fossem tomar banho, e eles foram mentir na praia e amornar a pele. Nem bem tinham desocupado o bico, o Monstro deu um estouro e se virou em labaredas grandes que até queimaram o bico de um japu esvoaçando perto. Das cinzas de Macobebe nasceu uma coisa que foi voando para o alto. Mitavaí ainda deu sete flechadas com a sarabatana, mas não fez efeito e o bicho bateu asas para o polo norte».

Com a vitória de Mitavaí, o partido dos nhemés (entreguistas), que sempre defenderam Macobebe, abriu fogo com todos os seus canhões contra o caboclo. Taguató (corvo) dizia que Macobebe ainda estava vivo e que Mitavaí era um impostor ligado ao regime «hiper-ultra-super corrupto». Finalmente, os nhemés conseguem dar um golpe e se preparam para matar Mitavaí Arandu. Avisado por um amigo, «Arandu transpôs a serra e desceu do lado do mar». Com estas palavras, Cavalcanti Proença termina o Manuscrito Holandês, deixando claro que, se Macobebe ainda está vivo, Mitavaí também está e não tardará a voltar para barrar-lhe o caminho outra vez.

Profundo conhecedor de nosso folclore, crítico literário dos mais sérios e, principalmente, intelectual interessado na luta de nosso povo, tendo corrido o país de norte a sul como oficial (coronel) do exército, Cavalcanti Proença estava bem armado para fazer a junção de nossa literatura popular com os temas e problemas

candentes do Brasil atual. O resultado é uma narrativa em que os elementos de lenda são harmônicos e racionalmente combinados com os de crônica, de acontecimentos atuais, numa fusão viva de passado e presente que dá um colorido especial à história, sem cair em momento algum no exótico ou simplesmente pitoresco. A linguagem, em que são aproveitados termos do tupi-guarani e do linguajar caboclo, em profusão, é um elemento vivo da narrativa, ajudando a dar dinâmica ao quadro, e não um simples artifício anecdótico. Prenunciado já por «Macunaima» de Mário de Andrade e «Grande Sertão: Veredas» de Guimarães Rosa, cujas fontes, aliás Cavalcanti Proença conhece como a palma de sua mão, e «Manuscrito Holandês» os supera por representar uma síntese mais consciente e mais completa dessas fontes com o presente brasileiro.

Só nos ocorre uma deficiência no livro de Cavalcanti Proença: constituindo uma verdadeira epopéia da luta de emancipação nacional de nosso povo, ele não reserva um lugar sequer para o proletariado industrial. A falta deste elemento, embora não comprometa as grandes qualidades da obra, retira-lhe uma característica que deveria fazer parte de sua bagagem, isto é, a universalidade do quadro formado pelas sargas que se sucedem.

F. O.

NOTAS SOBRE LIVROS

ASTROJILDO PEREIRA

Dos livros que apareceram ultimamente, entre nós, consagrados ao debate de assuntos brasileiros, destaca-se, por sua candente atualidade, o do Prof. Paschoal Lemme — **Problemas Brasileiros de Educação**, lançado pela Editorial Vitória. Palpita em suas páginas a nobre paixão de um educador que é ao mesmo tempo um patriota esclarecido e combativo.

Mais de metade do volume compõe-se de artigos anteriormente publicados na imprensa, nos quais o autor expõe suas opiniões a respeito de numerosas questões relacionadas com o ensino e a educação da juventude brasileira. São opiniões de um publicista portador de reconhecida autoridade na matéria de que trata, de um homem que sabe o que diz e o diz em termos de cerrada e convincente argumentação.

Ao contrário de certos «especialistas» e «técnicos», que se isolam esquematicamente em sua especialidade e sua técnica, o Prof. Paschoal Lemme aligeira a sua capacitação profissional numa cultura de ordem geral, o que lhe permite encarar e estudar os problemas do ensino e da educação sem jamais perder de vista as relações e correlações existentes entre tais problemas e todo o complexo da conjuntura nacional. Partindo dessa posição, que é evidentemente a única posição justa, sensata e fecunda, pode o autor examinar os referidos problemas com a necessária compreensão da realidade.

E a realidade do ensino e da educação no Brasil é uma triste realidade. Logo de saída, os dados estatísticos nos fazem correr com a constatação de que ainda hoje mais da metade da população brasileira é constituída de analfabetos. Em 1958, de uma população escolar — de 7 a 14 anos — estimada em 12.686.000, apenas 5.775.246 conseguiram matrícula nas escolas existentes. Não há escolas bastantes. Mas por que não há? Eis aí o que se pode chamar o nó da questão. A carência de escolas resulta inevitávelmen-

te das nossas condições de país subdesenvolvido — tal a tese central, com por cento correta, sustentada nas páginas deste livro. Quer dizer: a situação do ensino e da educação no Brasil se acha entrosada e é inseparável do conjunto de componentes da situação de atraso geral em que ainda nos debatemos.

Razões de sobre levam o Prof. Paschoal Lemme a alertar, neste sentido, os seus colegas de profissão: «Os educadores devem compreender, uma vez por todas, que não podem permanecer mais em sua torre de marfim das soluções puramente pedagógicas, com as quais todos concordamos, mas que só serão possíveis de plena aplicação na medida em que o País for saindo de suas condições de subdesenvolvimento, que coloca ainda a maioria do povo brasileiro à margem de qualquer aspiração de cultura».

Na segunda parte do volume, reproduz o autor o trabalho que elaborou a pedido da Federação Internacional Sindical do Ensino: trata-se de uma exposição documentada e crítica do panorama histórico e das condições atuais do ensino em nosso País, tendo em vista informar os confrades estrangeiros do Prof. P. Lemme, mas igualmente instrutivo para o leitor brasileiro.

A terceira e última parte do livro contém trabalho semelhante sobre a situação da educação na América Latina, apresentado à II Conferência Mundial de Educadores, reunida em Varsóvia, em julho de 1957, sob convocação da aludida Federação. E como os problemas do ensino e educação nos países da América Latina são em seus aspectos básicos muito semelhantes, aqui encontramos muitos dados e muitas teses relacionadas com as nossas condições brasileiras.

Em suma — **Problemas Brasileiros de Educação**, é livro utilíssimo, para ser lido por especialistas e não especialistas, por quantos se interessam pelo progresso material e espiritual do Brasil.

Você sabe o que é

O DESARMAMENTO TOTAL?

LEI.

Uma viagem histórica:

KRUSCHOV NOS ESTADOS UNIDOS

Nas bancas de jornais a Cr\$ 20,00

Publicação da

EDITORIAL VITÓRIA LTDA.

Rua Juan Pablo Duarte 50, sobrado — Caixa Postal, 165
Telefone: 22-1613 — RIO DE JANEIRO

Oswaldo Pacheco em Defesa do Projeto 850s

Estivador Trabalha Para Enriquecer Intermediário

— Não desejamos interferir na função dos agentes. O que queremos é que eles não se metam, como intermediários, nos serviços da estiva, que não são de sua competência, declarou à reportagem o líder Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores, a propósito da campanha que vem sendo movida pela imprensa contra o projeto 850/55.

— O projeto — continua Oswaldo Pacheco — que já foi aprovado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, elimina os intermediários entre as empresas de navegação marítima e os estivadores, e promove a moralização e o barateamento dos serviços de estiva e desestiva nos portos nacionais. O referido projeto, que atende a uma antiga e justa reivindicação dos estivadores, encontra-se atualmente na Comissão de Transporte, tendo já o parecer favorável do seu relator.

RENDAS FABULOSAS
— Sabemos — prosseguiu Pacheco — que os beneficiários da atual situação, que ganham rendas fabulosas como intermediários entre os sindicatos de estivadores e as empresas de navegação, estão decididos a gastar milhões de cruzeiros em propaganda pelos jornais, visando a manter a exploração de negócio tão rendoso, realizado, principalmente, às custas dos estivadores e de suas famílias, que são as maiores vítimas. Os intermediários não têm navios nem mercadorias. Eles vivem da exploração do nosso trabalho.

NAO HAVERA MONOPOLIO
— Alegam, continuam Oswaldo Pacheco, que o projeto nos concede um monopólio institucional, e que nos dá tantos poderes que colocará em perigo a própria tranquilidade do país. Tudo isso é simplesmente ridículo. O 850 não cria monopólio. Ao contrário, ele dá

competência a mais uma categoria, os estivadores, para "contratar os serviços dos seus associados diretamente com as empresas marítimas. Trata-se de uma modificação no parágrafo II do artigo 255 da Consolidação, determinando que podem executar os serviços de estiva as seguintes entidades: a Administração Pública dos Portos Organizados, os Sindicatos dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios e os Armadores. Três entidades, portanto, poderão exercer os referidos serviços. Os intermediários é que não. Daí a sua grita.

SERVIÇOS MAIS BARATOS
— Acerca da propalada elevação no preço dos fretes, que é uma das constantes argumentações nas entrevistas pagas aos jornais, contra o 850, quero citar, inicialmente, o seguinte: os intermediários recebiam uma taxa de 100% sobre a mão-de-obra, para custear as despesas com material de proteção — máscaras, luvas, etc. Hoje, os sindicatos fornecem material de melhor qualidade e recebem apenas 20%, proporcionando uma economia de 80%.

— Estamos convencidos de que, a aprovação do projeto 850 pelo Congresso Nacional, dará uma considerável contribuição para o barateamento do custo da vida, diminuindo as despesas nos serviços de estiva e desestiva, melhorando a sua fiscalização, fixando maiores

responsabilidades, e reestabelecendo a idoneidade necessária na execução dos trabalhos.

EXEMPLO DO LÓIDE

— Não é de hoje que se discute o problema dos intermediários nos serviços de estiva, afirmou mais o ex-deputado santista. O engenheiro Guido Bezzi, antigo diretor do Lóide Brasileiro, prestando declarações na Comissão Parlamentar de Marinha Mercante, em fevereiro de 1955, referindo-se à questão, dizia:

"Sou partidário de um decreto que regulamente o assunto. No Porto de Santos, por exemplo, o Lóide tinha a estiva contratada com uma firma comercial. Chegavam aos meus ouvidos, entretanto, as coisas mais graves: que fulano recebia tanto, que intermediários recebiam outros tantos. Quando o contrato terminou, mandei pessoas de minha confiança — o administrador dos nossos armazéns das Docas, que é antigo servidor do Lóide — estudar rigorosamente a estiva, a fim de se apurar o custo exato por tonelada e por unidade. Meu enviado lá permaneceu algum tempo e trouxe preços que eram de 60% mais baixos que os cobrados pela firma contratante. À vista disso, reuni a Diretoria do Sindicato de Estiva de Santos, e com ela assinei um contrato a título precário. Esse contrato vem produzindo os melhores resultados".

As heróicas esposas dos trabalhadores mineiros de Crissiuma provaram mais uma vez a sua bravura, lançando-se em socorro de seus companheiros, enfileirando-se ao ombro com eles, levando-os a vencer os ataques da polícia e dos patrões, no momento exato em que era lançada a sorte do movimento grevista, que durou 25 dias, e acabou vitorioso, com a conquista do pagamento da taxa de 10% de insalubridade, a ser efetuado a partir de 1.º de março próximo.

A greve, que chegou a atingir cerca de 20 mil mineiros de Crissiuma, Laurito Müller e Uruçanga, paralisando toda a produção carbonífera da região sul catarinense, teve início a zero hora do dia 3 de janeiro, e foi interrompida, parcialmente vitoriosa, no dia 28 do mesmo mês com o estabelecimento de uma tregua, durante a qual deveriam ser resolvidas a readmissão dos grevistas demitidos e a paga dos dias de greve, uma vez que a reivindicação original — a taxa de insalubridade — foi conquistada.

Esse movimento reivindicatório, que durante 25 dias empolgou toda a população sul-catarinense, foi marcado pela heroica participação das esposas dos mineiros, que juntaram-se aos maridos na luta por mais um pedaço de pão para os filhos do seu amor. Impulsionadas pela revolta de verem voltar-se contra a luta justa de seus companheiros toda a força de repressão da poli-

cia, e o poder de corrupção dos mineiros, elas pegaram os seus filhos pelos braços, encostaram as portas dos seus lares e lançaram-se à luta, comendo atos de verdadeiro heroísmo, pondo em jogo a própria vida, para assegurar o êxito do movimento grevista.

A greve em Crissiuma entrou no seu vigésimo dia. O Grupo Freitas, proprietário da Metropolitana, e maior acionista da Carbonífera União Ltda., resolveu tentar mais um golpe para furar a "paredão", transportando o carvão estocado em Uruçanga para o porto de Imbituba. Mas o carvão de Uruçanga teria de

passar pelo ponto mais estreito da rodovia que liga Crissiuma a Florianópolis, e caminhões tiveram a sua passagem barrada por um novo piquete. Imediatamente surgiu das margens da estrada um pelotão da Polícia Militar que investiu contra os grevistas. Mas o panorama era outro. Já não eram 100 homens, eram centenas. Ao seu lado estavam as suas esposas e com elas os filhos que, já nos primeiros anos de vida, tomavam parte numa batalha pelo pão.

Momentos depois chegou outro pelotão. Os grevistas, no centro da rodovia, continuavam impedindo o trânsito. Os policiais, desesperados com a resistên-

cia dos trabalhadores, lançaram-se sobre eles num ataque bárbaro e covarde. Bombas de gás lacrimogênio e rajadas de metralhadoras se misturaram numa batalha desigual onde os policiais estavam armados. Foi aí que as mulheres revelaram todo o seu desprendimento, a sua determinação de vencer, de salvar com os seus companheiros a sorte de um movimento que parecia periclitar. Protegendo os seus filhos contra o pel-

o Grupo Freitas, odiado pelos trabalhadores, lançou na rua cerca de 180 grevistas de suas minas. Alguns dos demitidos já haviam alcançado a estabilidade. Os mineiros de Crissiuma deram um prazo para que os trabalhadores sejam readmitidos. Uma nova greve poderá ser delatada.

SANTA CATARINA - HEROISMO DAS MULHERES NA GREVE DOS MINEIROS

Esse foi um dos aspectos mais belos e corajosos da greve dos mineiros de Santa Catarina. A sua luta, que trouxe numerosos exemplos de solidariedade, continuará agora com maior vigor, em defesa da liberdade sindical, ameaçada principalmente pelos homens do Grupo Freitas, que juraram acabar com o Sindicato dos Mineiros de Crissiuma, presidido pelo líder Antonio José Parente.

NILSON AZEVEDO

trazido aos silos da Companhia Próspera, situada em Crissiuma, e de lá levado ao porto.

O comando grevista percebeu a manobra. Um piquete de 100 homens foi destacado para impedir que os caminhões, trazendo o carvão de Uruçanga, chegassem aos depósitos de Crissiuma. O trânsito foi interrompido, mas a polícia interviu com furor, e o piquete se dispersou. No dia seguinte, a um a distância de 500 metros dos

via dos trabalhadores, lançaram-se sobre eles num ataque bárbaro e covarde. Bombas de gás lacrimogênio e rajadas de metralhadoras se misturaram numa batalha desigual onde os policiais estavam armados. Foi aí que as mulheres revelaram todo o seu desprendimento, a sua determinação de vencer, de salvar com os seus companheiros a sorte de um movimento que parecia periclitar. Protegendo os seus filhos contra o pel-

SE NAO FOREM ATENDIDOS

Portuários Cariocas Vão Parar No Dia 23

Os portuários cariocas vão-se reunir em nova assembleia-geral, no próximo dia 22, às 18 horas, para decidir a atitude a tomar caso até aquela data não tenham sido atendidas as suas reivindicações. A opinião da maioria dos portuários é que deve ser decretada a greve a zero hora do dia 23, caso a resposta das autoridades não seja satisfatória.

Os portuários reivindicam: 1) enquadramento; 2) atualização das promoções e adicionais; 3) instalação de dois restaurantes na faixada do cais; 4) semana inglesa; 5) efetivação dos interinos e contratados; 6) pagamento

de 100% de extraordinário desde a primeira hora extra; 7) pagamento dos quinzenais; 8) taxa de periculosidade; 9) divulgação do balanço do Porto e pagamento da "renda bruta"; incluindo os atrasados; 10) abono de 30% fixado ao ordenado.

A administração do Porto já havia concordado em promover o novo enquadramento, a atualização das promoções e adicionais, e a efetivação dos interinos e contratados, mas acabou voltando atrás, alegando que o Porto é

deficitário. Os trabalhadores, entretanto, estão relacionando essa atitude com o comploté do Ministro da Viação, que pretende exagerar as dificuldades de antarquias como o Lóide, a Costeira e o Porto do Rio de Janeiro, para justificar a sua passagem para as mãos de particulares. Os portuários, defendendo o patrimônio nacional, exigem que seja publicado o balanço financeiro do Porto, a fim de que tomem conhecimento da sua real situação. Até agora, só as despesas têm sido publicadas.

NOS BRAÇOS DO POVO...

(Conclusão em 3ª página) braço popular, falaram numerosos oradores, entre os quais os deputados Celino de Carvalho, Nelson Omega, Oswaldo Lima Filho, Waldir Pires, Bento Gonçalves e o ministro Amador Pinheiro, presidente do PSD.

O candidato nacionalista pronunciou neste campo outro importante discurso. Inicialmente, prestou um juramento diante do povo:

— Há 49 anos jurava perante a bandeira servir aos interesses da pátria, com o sacrifício da própria vida, se necessário fosse. Hoje, deixando o serviço ativo do Exército e sendo o candidato a supremo direito do país, vou servir ao povo, até mesmo com o sacrifício da vida, se se fizer necessário.

Abandonou o machucado vário problemas da atualidade brasileira, ressaltando a necessidade da luta política emancipadora em benefício do país, pela educação gratuita para os filhos do povo e pelas legítimas aspirações das massas trabalhadoras.

— Devemos assegurar nos — afirmou o candidato nacionalista — de que o capital estrangeiro aqui empregado não produza somente lucros para o seu país de origem, mas fique aqui o seu principal produto, que é resultado do trabalho dos brasileiros.

Referindo-se à escola pública, declarou:

— Julgo de meu dever lutar para que as crianças brasileiras tenham escolas onde estudar, sob o amparo do Estado, a fim de que no futuro possam estar em condições de ser úteis à pátria.

E abordando alguns problemas que se acham na ordem do dia do movimento operário, afirmou:

— Que a direita inscrita na Constituição se transforme em medidas concretas. Assino o direito de greve; não para perturbar o trabalho, mas para garantir a defesa do trabalhador. Que os Institutos de Previdência não sirvam apenas para contemplar os mais afortunados com empregos, mas se constituam efetivamente, em instrumentos de justiça social e de amparo aos contribuintes e suas famílias. Que os trabalhadores, ao serem chamados a votar, tenham condições de uma vota consciente, sendo informado que realizaram.

A impressionante homenagem do povo carioca ao marechal Teixeira Lott e um claro prenúncio da esmagadora vitória que o povo brasileiro assegurará a 3 de outubro ao candidato nacionalista. Este sentimento de vitória se generaliza cada vez mais na opinião pública. E foi o próprio Lott que o exprimiu, ao declarar no condúcio:

— Espero que este entusiasmo do início da campanha seja mantido até a vitória final.

Empresa De Ônibus Em Três Rios Deixa Passageiros Na Chuva

TRES RIOS — Estado do Rio (Do Correspondente) — Os moradores do bairro Monte Castelo, situado nesta cidade, estão dispostos a tomar medidas drásticas contra a empresa de ônibus Salutaris, que manda os seus motoristas interromper as viagens, nos dias de chuva, a 500 metros do ponto final.

xados na chuva, que no último dia 7, revoltados com a deslealdade da empresa, resolveram lotar o primeiro ônibus que chegou no ponto, obrigando o seu motorista a se dirigir para os escritórios da firma. Lá, recebidos por um dos donos da empresa, os passageiros declararam que os ônibus poderiam ser interrompidos se continuarem a interromper suas viagens nos dias de chuva, antes do

ponto final. Os empresários, que há poucos meses elevaram em 100% o preço das passagens, deram como pretexto do fato o estado da estrada. Os passageiros, entretanto, afirmaram que todos os demais veículos, inclusive caminhões de carga, transitam normalmente até o fim da linha dos ônibus, e que a alegação da empresa não a salvará da justiça popular.

Convocado o II Congresso Dos Trabalhadores Paulistas

O Conselho Sindical de São Paulo convocou o II Congresso dos Trabalhadores Paulistas, que se realizará de 27 a 30 de abril, na capital bandeirante. O Conclave será encerrado no dia 1 de maio, com uma grande manifestação das massas trabalhadoras.

Os atos preparatórios já começaram a se realizar em todo o Estado. O Plenário do Conselho Sindical da Zona de Sorocaba, que representa cerca de 50 mil trabalhadores, promoveu a sua primeira reunião, no último dia 7, para discutir o regimento e o teor do Congresso. No próximo dia 6 de março haverá uma nova reunião, na cidade de Itu, onde as entidades sindicais que compõem o Plenário da Zona de Sorocaba, apresentarão as suas teses que, após aprovadas, serão levadas ao II Congresso.

ENTUSIASMO

O sr. Luis Gonzaga de Sousa, presidente do Sindicato dos Têxteis de Sorocaba, falando à reportagem de NR, declarou, que sente, pela primeira vez, um entusiasmo realmente contagiante, dos dirigentes sindicais da cidade, em relação ao congresso convocado para abril próximo.

— O II Congresso, declarou o líder têxtil de Sorocaba, realiza-se, pelo menos em nossa Região, com a participação efetiva das massas trabalhadoras. As decisões que saírem do Plenário do Conselho Sindical da Zona de Sorocaba refletirão o mais fielmente possível o pensamento dos operários. Isso

porque, prosseguiu, estamos promovendo debates nas portas das fábricas, nos locais de trabalho, conferências e assembleias sindicais específicas para discutir as reivindicações das massas trabalhadoras.

— Outro aspecto importante que precisa ser assinalado em relação ao II Congresso dos Trabalhadores Paulistas, continuou o líder Luis Gonzaga de Sousa, é o que se relaciona com a batalha do desenvolvimento e a sucessão presidencial. O II Congresso realizar-se-á justamente quando mais acesa estará a campanha eleitoral para a eleição do presidente e vice-presidente da República.

— Os trabalhadores, em minha opinião, prosseguiu, não se poderão omitir, e devem, coerentes com as resoluções da II Conferência Sindical Nacional, reafirmar a sua posição em defesa da Petrobrás, excussão da Eletrobrás, ampliação da indústria de construção naval e de material ferroviário; incremento da indústria de caminhões, tratores e máquinas agrícolas; defesa da indústria têxtil, etc. Dêsse modo, manifestando a nossa determinação de continuar lutando pela libertação econômica e política do país, devemos, a meu ver, decidir que marcharemos na sucessão presidencial com as forças políticas que representem uma garantia para o cumprimento do nosso programa de reivindicações, e para a defesa das conquistas já alcançadas pelo proletariado.

RECONHECE O "O ESTADO DE SAO PAULO"

O desfecho apresentado pela recente greve da indústria do aço, nos Estados Unidos, veio suscitar um problema que oferece o mais vivo interesse para a realidade econômica brasileira. Como é sabido, após prolongada greve, os operários foram obrigados a retornar ao trabalho nos termos da monstruosa lei Taft-Hartley e recentemente, ante a iminência de reinício do movimento grevista, os patrões acederam em conceder um aumento de salário de 39 cents de dólar por hora. Eis que logo em seguida ao aumento, a "United States Steel", truste que comanda a indústria siderúrgica lanque, anuncia que não aumentará o preço do aço, isto é, torna pública sua decisão — que foi logo compartilhada pelas outras empresas — de «continuar com o nível geral de seus preços no futuro imediato».

Surge, então, o problema a que nos referimos: é possível haver aumento de salários sem um aumento «correspondente» dos preços? Neste caso, cai por terra a doutrina de certos economistas de encomenda, como Guillin, Pais de Almeida & Cia., segundo os quais o aumento de salário determina a elevação dos preços e é, portanto, causa de inflação.

OPINIÃO INSUSPEITA

Respeito da decisão da indústria norte-americana. «O Estado de S. Paulo» publica um comentário do qual não nos furtamos a transcrever uma parte, não só dada a plena procedência das considerações ali feitas, como pela insuspeição de quem as faz. Diz o mencionado órgão conservador:

No passado, estabeleceu-se a prática, baseada em falaciosos argumentos de pseudo-cientistas, de que qualquer elevação salarial deveria ser acompanhada, infalivelmente, por um ajustamento correspondente nos preços. Essa orientação menosprezava, via de regra, o «quantum» da participação da verba destinada ao pessoal, no cômputo geral dos fatores que formam o preço de venda dos produtos. A majoração dos salários, digamos, de 25 por cento, era seguida de um aumento também de 25 por

cento nos preços, embora a participação dos salários nas despesas talvez fosse apenas de 30 por cento e os gastos com matérias-primas se mantivessem estáveis. Além disso, a tendência a reagir, automaticamente, a toda ascensão dos salários com elevação dos preços deixava de considerar a possibilidade de reduzir o custo, aplicando medidas de racionalização. Finalmente, a doutrina da simultaneidade por assim dizer compulsória de aumentos de salários e dos preços negligenciava a viabilidade de se compensarem parcialmente os efeitos da elevação dos gastos com pessoal, pela redução dos lucros, não raro excessivos. Em resumo: firmou-

vinculados a majorações de preços de mercadorias ou serviços. Vejam-se, por exemplo, nos números 25 e 27 de NR as notas — «Sobre salário e carestia» o ministro Pais de Almeida falou como patrão e «Com palavras e moias medidas carestia não será barata». Mostra-se, ali, toda a falsidade das alegações patronais sobre a pretensa necessidade de majorar os preços, quando há aumento de salários. No seu comentário, «O Estado de S. Paulo» supõe que a participação dos salários nas despesas «fosse apenas de 30 por cento». No caso do Brasil, porém, no que respeita à indústria, a suposição é mais que exagerada. Efetivamente, levantamentos esta-

com a inflação galopante, esse empobrecimento dos trabalhadores é ainda mais acentuado, donde a necessidade incontornável dos aumentos de salários para todos os que trabalham.

OTIMISMO EXAGERADO

Não queremos, porém, concluir esta nota sem manifestar nossa discordância com as conclusões gerais tiradas do referido comentário do «O Estado de S. Paulo». Segundo o órgão paulista, a decisão do truste norte-americano é uma «revelação da inteligência e da visão de conjunto de poderosos grupos capitalistas... que futuros historiadores talvez venham a qualificar

AUMENTO DE SALÁRIOS NÃO É CAUSA DA CARESTIA

se a tramação, apresentada como espécie de lei natural, de que as empresas teriam de responder, quizessem ou não, a qualquer melhora salarial com o reajustamento correspondente e imediato dos preços. Assim, a resolução tomada pela «U. S. Steel» constitui a quebra de uma doutrina que, na verdade, não passava de um preconceito, mascarado de tabu, de que não se poderia proceder a modificações salariais sem introduzir, incontinentemente, alterações «compensatórias» na estrutura dos preços.

CONFIRMAÇÃO

Não é outra coisa o que vem afirmando NOVOS RUMOS, quando mostramos a procedência, a necessidade e a justiça dos aumentos de salários dos trabalhadores brasileiros, sem que tais aumentos sejam

ilustres oficiais (IBGE) em mais de cinco mil grandes empresas, representando 80 por cento de todas as indústrias do país, revelaram que a participação dos salários na produção, aos preços de fábrica, é de apenas 11,3 por cento. Ou, em números médios relativos: em cada 100 cruzeiros, do preço industrial, no ano de 1958, Cr\$ 47,20 destinaram-se às matérias-primas, Cr\$ 21,50 aos combustíveis, Cr\$ 8,50 à energia elétrica e apenas Cr\$ 11,30 aos salários.

Mostram mais as investigações do IBGE que, longe de aumentar, a parte correspondente aos salários vem caindo no valor da produção, isto é, verifica-se um empobrecimento progressivo dos trabalhadores, na mesma medida em que crescem os lucros dos empresários. No Brasil,

como o início de uma revolução no pensamento econômico e na orientação da própria política e econômico-social da maior potência capitalista e nação-líder do mundo livre. De fato, outras foram de certo as razões que levaram um dos mais poderosos monopólios norte-americanos a esse passo e a mais forte delas será, certamente, a necessidade de enfrentar a concorrência de empresas congêneres de outros países capitalistas, bem como a competição pacífica com os países socialistas, cujos preços, muitas vezes, são mais baixos que os norte-americanos. Do contrário, seria admitir que os monopólios teriam renunciado aos lucros máximos e isso, só uma outra revolução, que não a mencionada pelo «O Estado», poderá determinar. Referimo-nos à revolução socialista.

Na venda de terrenos da Prefeitura Dois Têrmos Clandestinos São o "Argumento" Da Light

Vimos na reportagem anterior que apesar de expressa proibição legal, a Light vendeu vários imóveis que deveriam reverter à Municipalidade no próximo dia 31 de dezembro, data em que expira a concessão para o serviço de bondes. Em que se baseou o truste para lesar o patrimônio municipal?

Voltemos ao ano de 1909, quando era prefeito desta Capital o general Francisco Marcelino de Souza Aguiar. A 22 de julho daquele ano, no seu gabinete, foi assinado por ele próprio e pelo dr. Artur Getúlio das Neves, sagaz advogado da Light, um termo «regulamentando» o contrato anterior. Segundo tal termo, os prédios da companhia — usinas produtoras de energia elétrica, oficinas de construção e reparação, cocheiras, estações, depósitos de carros e materiais e escritórios de serviços técnicos — relacionados com o serviço de ferro-carril ficavam isentos de pagamento de impostos; e os imóveis pertencentes à empresa usados para fins estranhos àquele serviço estariam sujeitos ao imposto da décima urbana. Até aí, aparentemente nada havia de mais. Sucede, porém, que uma outra cláusula do mesmo termo, a de número 3, estabelecia que os prédios isentos da mencionada tributação reverteriam à Municipalidade, o mesmo não sucedendo em relação àqueles tributados.

BURLADO O CONTRATO

Que significava, realmente, este termo? Significava que, contrariamente ao fixado no contrato de 1890, nem todos os prédios da Companhia da Ferro-Carril do Jardim Botânico reverteriam à Municipalidade, mas só uma parte deles, isto é, os tributados com a décima urbana.

No ano seguinte, 1910, a 29 de abril, foi assinado outro termo entre o prefeito coronel Inocêncio Serzedelo Corrêa e o mesmo advogado Getúlio das Neves que, essencialmente, confirmava o termo anterior, de 1909, ainda que de maneira contraditória.

TERMOS CLANDESTINOS

Estes dois termos, conhecidos como termos clandestinos — pois não foram publicados no «O País», órgão oficial da Prefeitura, na época, nem apareceram na «Coleção de Leis Municipais Vigentes», trabalho que divulgou todos os contratos da CEFJB no período de 1890-1935 — também não foram submetidos à aprovação do Conselho Municipal, como era devido, uma vez que alteravam o contrato de 1890. O deputado Barbosa Lima Sobrinho, procurador da Prefeitura do Distrito Federal, em longo e brilhante parecer publicado na «Revista da Procuradoria da Prefeitura do Distrito Federal», mostrou a ilegalidade dos dois termos. Em face do decreto n.º 5.160, somente o Conselho Municipal — e não o prefeito — tinha poderes para derogar dispositivos contratuais. «Não podia o Poder Executivo, no exercício de sua facultade regulamentadora, declarar

irreversíveis bens que a lei considerava reversíveis» — frisa o parecer de Barbosa Lima Sobrinho.

A LIGHT GUARDOU O TRUNFO

A Light sempre teve plena consciência da ilegalidade que representavam as transações (vendas de imóveis pertencentes à Municipalidade) baseadas em tais termos. Tanto que jamais os mencionou, mantendo-os sempre bem guardados. Ainda em 1929, o então vice-presidente da «The Rio de Janeiro Tramway Light & Power Co. Ltd.», mr. C. A. Sylvestre, reconhecia, a 14 de fevereiro: «Tanto o contrato da Rede Unificada, como o da Jardim Botânico contém cláusulas estipulando que, no fim do prazo das concessões, todas as propriedades reverterão para a Municipalidade».

E mais: em 1942, quando assinou com o governo um termo de contrato, não ignorava a Light o caráter reversível dos bens da companhia de bondes. Diz o parágrafo 2.º do mencionado documento: «As concessões, coisas, bens e aparelhamentos destinados ou necessários à prestação dos serviços não poderão ser alienados, arrendados, a qualquer título, sem expressa autorização da Prefeitura, sob pena de nulidade».

O PODER CORRUPTOR

E assim se manteve a Light na espreita, com os termos em mãos, como dois trunfos, para serem usados no momento adequado, devidamente azelados pelo poder corruptor. Em fins da década de 40, durante o Governo Dutra, quando o truste dispunha de testas de ferro bem colocadas no Governo (como o chefe do seu Departamento Contencioso — o sr. Pereira Lima), começaram as vendas dos imóveis. E os termos clandestinos apareceram como num passe de mágica. Foram vendidos os 35 mil metros de terrenos no Leme, Copacabana e Ipanema. Foi vendido o Hotel Avenida (até 1941 era o ponto terminal dos bondes da Zona Sul). O comprador era sempre o mesmo: a misteriosa sra. Regina Feigl, que nem cadastro bancário possuía, simples defensor usado pelo truste para avançar no patrimônio da cidade. Sobre a venda desse hotel, escreveu o sr. Paulo Alves Pinto: «A última venda, do hotel Avenida constituiu verdadeiro escândalo de suborno às autoridades judiciárias».

POVO FALARÁ POR CÍTIMO

Até aqui, os «rounds» dessa luta têm sido favoráveis à Light. Até o dr. Barbosa Lima Sobrinho foi afastado da comissão que apreciou a venda dos imóveis... Um parecer foi encomendado e pago pela empresa a um ex-Procurador aposentado da PDE...

Entretanto, a ilegalidade permanece. E mais cedo ou mais tarde o povo carioca terá de ajustar contas com o truste. Então, serão postas na mesa todas as cartas — e não somente as da Light, como tem acontecido até aqui.

NOTA ECONÔMICA

Comentamos, na semana passada, o envio com que o «Correio da Manhã» deturpou o sentido de algumas cifras divulgadas pelo Governo argentino a propósito da produção de petróleo naquele país, para liberar uma nova campanha visando à liquidação da Petrobrás. Mostramos que aquele jornal mentiu ao afirmar que a Argentina atingiu desde já a auto-suficiência em matéria de petróleo, e mostramos que a sua produção era a de favoráveis os interesses da Standard Oil, e não a de dar ao Brasil uma produção petrolífera bastante para o consumo nacional, uma vez que a cifra divulgada — 30% — como sendo a do aumento da produção argentina em 59 não era mais expressiva que a do aumento alcançado pela Petrobrás, no mesmo ano.

Alguns fatos novos, vindos a público na correr da semana, corroboram a volta ao assunto. Vimos que o «Correio da Manhã» não estava sozinho, com sua ideia de aproveitar a visita de Eisenhower para apertar o cerco em torno da Petrobrás. Outros jornais, depois dele, alagaram seus editoriais para a campanha, e todos pretendem utilizar como «argumento» o exemplo argentino. Mais grave entretanto é o fato de que um destes órgãos da imprensa de aluguel, o «Jornal do Brasil» — segundo informação insuspeita saída da Hamarati — publicou um editorial praticamente ditado ao telefone pelo Ministro do Exterior, sr. Horácio Lacerda.

Confirma-se dessa forma que os trustes imperialistas do petróleo, para esta nova articulação contra a Petrobrás, têm seus cúmplices dentro

FRONDIZI MENTIU PARA AJUDAR NA TRAMA CONTRA A PETROBRÁS

RENATO ARENA

mesmo, do Governo brasileiro. E há todos os indícios de que também o Governo argentino se fez cúmplice dessa trama contra os interesses nacionais brasileiros, que toma assim o caráter de uma vasta articulação internacional. Com efeito, o noticiário chegado durante a semana de Buenos Aires revelou que todas as declarações oficiais do Governo argentino na semana passada, sobre a questão do petróleo, ou eram mentirosas, ou foram feitas de tal forma a levarem propostamente a equívocos, com visível intuito de dar à imprensa entreguista no Brasil, antes da chegada de Eisenhower, argumentos novos para o combate à Petrobrás.

A primeira mentira de Frondizi está na cifra de 30%, apontada para o aumento da produção. O exame das estatísticas divulgadas pela «Yacimientos Petrolíferos Fiscales» revela entre-

tanto que o aumento real da produção foi de apenas 16% — 34,7 milhões de barris em 58, para 40,3 milhões em 59, bem menos, portanto, que o aumento de produção da Petrobrás, que foi de 25% no ano passado. A cifra de 30% resulta de uma burla: comparou-se a produção total de 59 apenas com a produção da YPF em 58 (30,4 milhões de barris), ignorando-se a produção, neste ano das companhias particulares, que concorreram então com 4,3 milhões de barris.

A outra grosseira mentira do Governo de Frondizi foi a afirmação de que a Argentina havia cessado as suas importações de petróleo bruto. Mesmo se isto fosse verdade não haveria vantagem na posição argentina: mais vale importar o petróleo bruto que importar o produto refinado, muito mais caro. Mas nem isso é verdade, e foi o que demonstrou, em documento público, na semana passada, o «Movimento de Defesa do Pe-

troléio», liderado pelo catedrático da Universidade de Buenos Aires e célebre combatente do nacionalismo argentino, Professor Silenzi de Stagni.

Denunciou o Movimento que o Governo de Frondizi, enquanto afirmava solenemente que a YPF não mais importava petróleo cru, querendo dar a entender por isso que a Argentina havia atingido a desejada auto-suficiência, na realidade estava escondendo a decisão de transferir da empresa estatal para as companhias particulares a distribuição das importações. A YPF não importará petróleo em 1960, é verdade, mas isso se deve a que o contrato que prendia a empresa estatal à British Petroleum foi rescindido, em benefício da Esso Export, que passa a operar diretamente as importações. Trata-se, portanto, de uma dupla vitória do imperialismo lanque — sobre o imperialismo britânico, que perde um cliente do petróleo, e sobre a YPF, que perde o monopólio das importações — que o Governo Frondizi quer apresentar como uma nova «demonstração» da excelência do sistema de entrega das riquezas nacionais às trustes lanques.

E em «prova» desse tipo que a imprensa de aluguel e os entreguistas do Governo, em nosso país, baseiam a sua nova ofensiva contra a prospera e vitoriosa Petrobrás. As «provas» são mentirosas, mas isso não significa que os nacionalistas não devam estar atentos para esta nova trama contra o monopólio estatal, pois desta vez ela conta com um extraordinário «publio-relacionamento»: o Presidente dos Estados Unidos, em pessoa.

DENUNCIANDO O PLANO PATRONALISTA

Marítimos Defendem Lóide e a Costeira

Milhares de trabalhadores marítimos estiveram nas escadarias da Câmara dos Deputados, na tarde do dia 11, para levar ao presidente daquela Casa Legislativa um memorial de protesto contra o plano de sabotagem que vem sendo adotado pelo Ministério da Fazenda contra o Lóide e a Costeira, visando à entrega dessas empresas a particulares. No memorial os trabalhadores do mar enumeram uma série de sugestões destinadas a reerguer a Marinha Mercante Nacional, e colocá-la à altura das exigências do desenvolvimento econômico do país.

Os sindicatos marítimos sediados nesta Capital, atendendo a decisão do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, compareceram à concentração conduzindo as suas bandeiras e inúmeras faixas e cartazes,

condenando o plano de liquidação das duas grandes empresas nacionais, e reafirmando a sua posição de defesa da Marinha Mercante Nacional. Vários deputados, entre os quais os sr. Bocaiuva Cunha, Domingos Velasco e Waldir Simões, saudaram a posição patriótica dos trabalhadores do mar, comprometendo-se a defender, na tribuna da Câmara, o pensamento dos marítimos brasileiros, inteiramente identificado com os interesses do país.

O MEMORIAL

O memorial que foi entregue ao presidente da Câmara Federal denuncia que o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira estão ameaçados de insolvência total, se medidas práticas não forem imediatamente realizadas. Os marítimos salientam que o Governo tomou, realmente, algumas medidas de longo alcance, de caráter

positivo, entre as quais a criação do Fundo de Marinha Mercante, do GEICON, do Fundo Portuário, e o estabelecimento do Convênio Navios x Café. Entretanto, apesar das inovações, pouco é dado às empresas estatais. Afirma o memorial que os grupos econômicos nacionais e estrangeiros são os mais beneficiados com o Fundo de Marinha Mercante, enquanto o Lóide e a Costeira são relegado à condição de meros contribuintes, que entrando com as maiores cotas nada recebem.

MEDIDAS

O memorial denuncia as atuais medidas adotadas pelo Governo como prejudiciais à sobrevivência das nossas empresas de navegação. Citam, entre essas medidas, as seguintes: 1) A sabotagem será feita pela Costeira, devendo o Lóide entregar os seus navios à mesma; 2) O Lóide ficará unicamente com a navegação de longo curso; Separação dos Estaleiros de Mocanguê e Viana das respectivas empresas, criando-se uma autarquia industrial de construção e reparos navais. Em contraposição a essas medidas, que na opinião dos marítimos agravarão a atual situação deficitária das duas empresas, os trabalhadores do mar, através da sua Federação, propõem entre outras providências, as seguintes: a) fusão imediata da Companhia Nacional de Navegação Costeira com o Lóide Brasileiro, com a criação de uma única empresa estatal de navegação marítima; b) divisão da nova empresa em três departamentos distintos e autônomos entre si, subordinados a uma direção central, a saber: departamento de navegação de longo curso, departamento de navegação de cabotagem e departamento de construção e reparação naval; c) renovação da frota mercante estatal com a aquisição de novas unidades, e recuperação rápida dos navios em obras; d) entrega às empresas estatais dos navios comprados à Polônia e à Finlândia; e) garantia de que as empresas nacionais transportem 50% das cargas importadas e exportadas; f) navegação de cabotagem com exclusividade para as empresas nacionais; g) que seja assegurado 20% da receita do Fundo da Marinha Mercante para os estaleiros do Viana e Mocanguê, para o seu reequipamento; h) que seja posto em execução o plano aprovado pelo GEICON, que trata do reequipamento do estaleiro da Ilha do Viana; i) criação imediata de uma escola de aprendizagem de Construção Naval garantindo a formação de operários e técnicos para os estaleiros nacionais.

go curso; Separação dos Estaleiros de Mocanguê e Viana das respectivas empresas, criando-se uma autarquia industrial de construção e reparos navais.

Em contraposição a essas medidas, que na opinião dos marítimos agravarão a atual situação deficitária das duas empresas, os trabalhadores do mar, através da sua Federação, propõem entre outras providências, as seguintes: a) fusão imediata da Companhia Nacional de Navegação Costeira com o Lóide Brasileiro, com a criação de uma única empresa estatal de navegação marítima; b) divisão da nova empresa em três departamentos distintos e autônomos entre si, subordinados a uma direção central, a saber: departamento de navegação de longo curso, departamento de navegação de cabotagem e departamento de construção e reparação naval; c) renovação da frota mercante estatal com a aquisição de novas unidades, e recuperação rápida dos navios em obras; d) entrega às empresas estatais dos navios comprados à Polônia e à Finlândia; e) garantia de que as empresas nacionais transportem 50% das cargas importadas e exportadas; f) navegação de cabotagem com exclusividade para as empresas nacionais; g) que seja assegurado 20% da receita do Fundo da Marinha Mercante para os estaleiros do Viana e Mocanguê, para o seu reequipamento; h) que seja posto em execução o plano aprovado pelo GEICON, que trata do reequipamento do estaleiro da Ilha do Viana; i) criação imediata de uma escola de aprendizagem de Construção Naval garantindo a formação de operários e técnicos para os estaleiros nacionais.

SOLIDARIEDADE A CUBA



Apesar da cortina de silêncio da imprensa reacionária, foi um grande êxito a realização do ato de solidariedade a Cuba promovido na Associação Brasileira de Imprensa. Tiveram assento à mesa representantes de numerosos sindicatos, entidades estudantis e personalidades, entre as quais o professor e deputado Josué de Castro, o deputado democrata-cristão Paulo Tarso, o professor Roland Corbisier, diretor do ISEB. Os trabalhos foram dirigidos pelo dr. José Frejat. Foi orador principal da solenidade o professor Josué de Castro, que em seu discurso salientou como fato novo no mundo contemporâneo a consciência que têm os povos chamados subdesenvolvidos — coloniais e semicoloniais

— de sua situação de explorados e oprimidos pelo imperialismo. Esta consciência, cada vez mais generalizada, é que lhes incute força para lutar por seu desenvolvimento, objetivando por termo para sempre no milenar problema da fome e conquistar uma situação de progresso e bem-estar. O exemplo de Cuba, acentuou o professor de Castro, é o mais próximo a nós e o mais apaixonante, sobretudo por se tratar de um pequeno país a desafiar o autoritário onipotente imperialismo mundial. Nem as ameaças, nem as pressões, nem as tentativas de intervenção impedem que o povo cubano prossiga e seu glorioso caminho.

Violência Contra Marinheiros De Macau e Areia Branca

Reportagem de ARMANDO FRUTUOSO

«O Sindicato está tomando todas as providências a fim de solucionar de modo satisfatório para os nossos companheiros de Macau e Areia Branca, portos do Rio Grande do Norte, os graves problemas surgidos com a greve decretada em princípios de fevereiro». Com estas palavras iniciou suas declarações a «Novos Homos» o sr. Valdir Gomes dos Santos, presidente do Sindicato Nacional dos Contra-Meletes, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos.

Acompanhando as medidas do Sindicato encontram-se no Distrito Federal Antônio Pereira Neto, delegado do Sindicato em Areia Branca, e Zacarias Francisco Rodrigues, delegado em Macau.

têm trabalho garantido para todo o mês. Os trabalhadores não aceitaram essas alegações, pois não podem ficar recebendo salários num mês e no outro nada ou quase nada, o que ocasiona fome e desespero em seus lares, além de que têm sempre o serviço de conservação das embarcações, mesmo quando não há embarque de sal.

O Sindicato procurou, então, negociar com os armadores, a fim de garantir para os trabalhadores um salário mensal mínimo, tendo no dia 29 de janeiro último enviado ofício ao Deplo. Nacional do Trabalho expondo a situação e protestando contra as amea-

ças dos armadores, ou armadores e algumas autoridades apelaram para a legalidade, enquadrando os grevistas na causa 11, isto é, desembarque por indisciplina. Fixaram ocupar Areia Branca por forças militares navais, da união destituir ancoado nos proximidades, e estão aliciando em outros locais trabalhadores para furar a greve. Os trabalhadores, porém, não se intimidaram com essas medidas ilegais, reunidos nas delegacias do Sindicato, são um exemplo de firmeza e de unidade».

PRECEDENTES PERL GOSO

«Desejo, como presidente de um Sindicato de trabalhadores do mar, disse-nos o sr. Valdir, chamar a atenção de todos os marítimos para a ameaça que pesa sobre a classe com a penalidade que tentam aplicar aos grevistas, considerando-os desembarcados por indisciplina, pena isso acarretaria o desemprego de centenas de trabalhadores, muitos com mais de 10 e 25 anos de trabalho. É uma séria ameaça a toda a corporação de trabalhadores marítimos, e está a exigir a solidariedade de todos os sindicatos co-irmãos».



Valdir Gomes dos Santos

dos dos armadores e autoridades, pedindo ainda uma reunião de armadores com o Ministério do Trabalho e o Sindicato, a fim de negociar a questão. No entanto, a situação se agravou com o cabograma que o Almirante diretor-geral de Portos e Costas enviou a todos os capitães de Portos, delegados e agentes, ordenando que nas empresas particulares o cumprimento do acordo aguardado decisão da Marinha, o que é ilegal, pois o acordo foi firmado pelos Ministérios do Trabalho e Viação».

GREVE

«Com isto aumentou a intransigência dos armadores, continuou o presidente dos Marinheiros, o que levou a que, nos primeiros dias de fevereiro, os moços de Macau e Areia Branca se declarassem em greve, greve legal, pois que é pelo cumprimento de um acordo assinado pelo Ministro do Trabalho em nome do Governo Federal. A greve foi e é total. Ante a firma-

ORIGEM DOS ACONTECIMENTOS

«Os moços que trabalham nas barcaças de sal em Macau e Areia Branca — disse, ainda, o sr. Valdir Gomes dos Santos, — fazem também o serviço de estiva auxiliar, levando o sal para os navios a cinco ou seis milhas da costa, num trabalho penoso. No entanto, aqueles companheiros recebem um salário inferior aos que vigotam em geral na Marinha Mercante, sendo que muitos não têm garantido um salário mensal mínimo — são os que trabalham à base do «quinhão de frete», que, inclusive, descontam para o Instituto na base de 8%, sobre o recebido, embora alguns armadores não recolham a importância ao Instituto nas bases descontadas, isto devido à falta de fiscalização por parte do Instituto.

O Sindicato lutou para corrigir essa desigualdade, o que conseguiu com a assinatura do acordo de novembro de 1959».

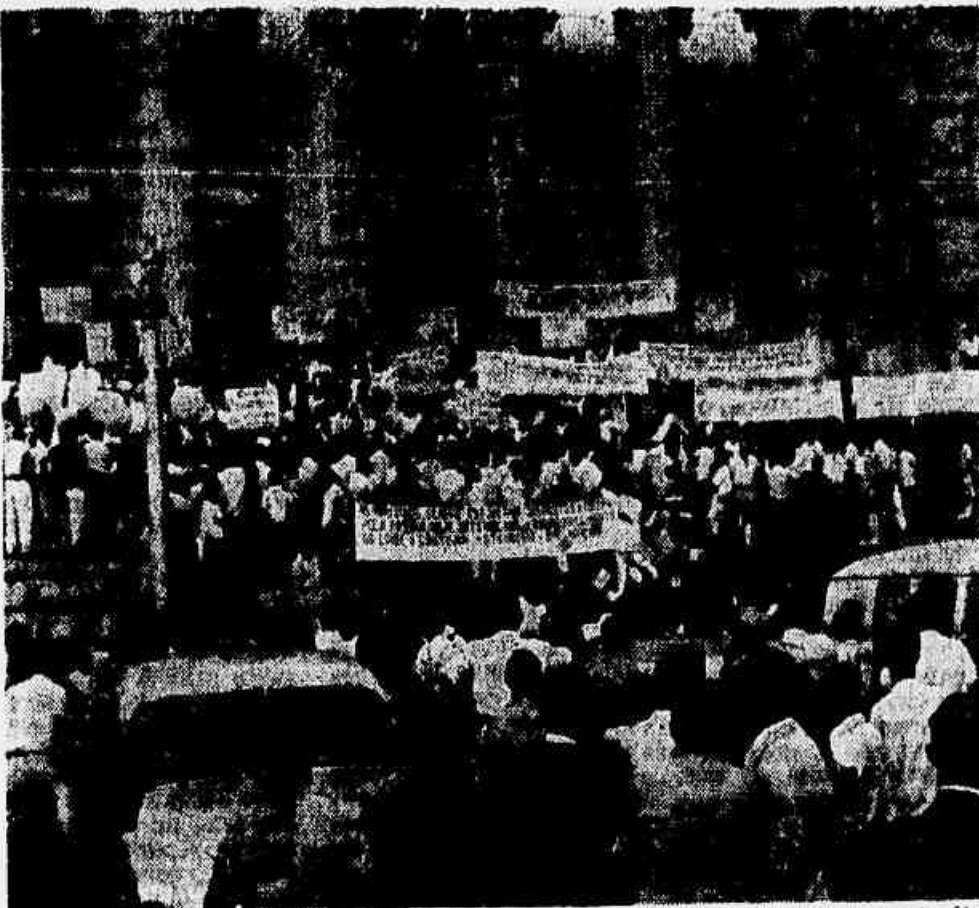
ARMADORES NAO CUMPREM O ACORDO

«A partir daquela data, prosseguiu o nosso entrevistado, os mensais passaram a receber conforme determina o acordo, mas os que trabalham à base do «quinhão de frete» não foram equiparados. Iniciou-se, assim, a luta dos moços de Macau e Areia Branca, exigindo passar a mensalista e descontar para o Instituto na base do nível mínimo fixado pelo acordo. Com isso não concordou a maioria dos armadores, alegando que não

Imprensa italiana indignada com menosprezo de Kruchev

«A imprensa italiana, que sempre se orgulhou de ser a mais crítica e independente do mundo, não hesitou em expressar a sua indignação com o tratamento dispensado ao Sr. Kruchev, chefe do governo soviético, durante a sua visita a Roma, em 11 de fevereiro de 1960. Segundo os depósitos do Ministério da Informação, o Sr. Kruchev foi recebido no Aeroporto de Fiumicino por um oficial de baixa patente, o Sr. ...»

ni, que é usada assim mesmo em russo, foi traduzida pela UPI para... Marconi! Este é um retrato de corpo inteiro do que são a UPI, a AP, a FP, agências dos trustes a serviço do envenenamento da atmosfera internacional. Porque para desmascarar a UPI basta citar estas palavras de Gronchi ao deixar Moscou: «Se até agora todos os caminhos levavam a Roma, em nossa época todos os caminhos da paz levam a Moscou».



Milhares de trabalhadores do mar, liderados pelos seus sindicatos e pela Federação Nacional dos Marítimos, concentraram-se nas escadarias da Câmara dos Deputados, durante quase duas horas, promovendo um veemente protesto contra a entrega do Lóide e da Costeira a particulares

UPI Macarrão e Marconi

Aquí está mais um exemplo — e este escandalosíssimo — de como as agências telegráficas norte-americanas deturpam miseravelmente os fatos na sua imunda campanha anticomunista e anti-soviética sistemática. Foi durante a recente visita do Presidente da Itália, Giovanni Gronchi a Moscou, Gronchi e Kruschiov, por ocasião de um jantar, mantiveram viva e amistosa palestra sobre as vantagens de cada um dos sistemas que representam. Kruschiov salientou as enormes e

inegáveis conquistas do socialismo na União Soviética, em todos os terrenos e, particularmente nos últimos anos, na ciência e na técnica. A conversa, conduzida sem formalismos diplomáticos, foi até às preferências individuais — perfeitamente humanas — por bebidas ou comidas. Gronchi elogiou o macarrão italiano; Kruschiov respondeu que gostava mais do kvás russo (uma espécie de alva de trigo fermentado). Que fez a United Press ante essa conversa, que não era de dirigentes políticos, mas de homens comuns? Procurou envenenar as relações entre a

as relações entre a

Mikoyan Assina Acôrdo Comercial Em Havana

URSS Empresta 100 Milhões De Dólares a Cuba

A importância da exposição soviética para Cuba, situada nas proximidades de um Estado muito desenvolvido no sentido econômico, reside em que demonstra praticamente como um país pode criar uma poderosa economia com suas próprias forças", disse Ernesto "Che" Guevara, diretor do Banco Nacional de Cuba, falando sobre a exposição dos progressos econômicos, científicos, sociais e culturais da URSS em Havana. E, para mostrar que a abertura da exposição e a visita do primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da União Soviética, Anastas Mikoyan, não tinham por objetivo "causar impressão", mas contribuir de fato para o intercâmbio entre os dois países, foi firmado um acordo comercial mutuamente vantajoso.

O acordo prevê um empréstimo de 100 milhões de dólares a Cuba e a compra de cinco milhões de toneladas de açúcar pela União Soviética durante cinco anos. O empréstimo será utilizado para a compra de instalações industriais e será pago em 12 anos, a partir da entrega das primeiras encomendas, a juros de 2,5% ao ano. Além do fato de não conter nenhuma condição econômica ou política, o acordo soviético-cubano se diferencia radicalmente da "ajuda" imperialista aos países subdesenvolvidos pelo fato de que o prazo de pagamento é duas vezes maior

do que a norma dos empréstimos feitos pelos imperialistas (6 anos, em geral) e os juros bem inferiores aos que eles cobram (entre 4 e 6%). Não se pode esquecer também que os produtos financiados pelos empréstimos socialistas são os que mais interessam aos países beneficiados, ao contrário do que acontece com a "ajuda" imperialista.

COMPRA DE AÇÚCAR

O ministro do comércio de Cuba, Bonilla, referindo-se à compra de cerca de 550 mil toneladas de açúcar cubano pela União Soviética, pouco antes da chegada de Mikoyan, afirmou que essa compra já havia contribuído para melhorar a situação cambial do país e para estabilizar o próprio mercado internacional dos países produtores.

A imprensa aliada ao imperialismo procurou falsificar a questão, dizendo que o preço pago pela União Soviética, 2,78 centavos de dólar por libra, é inferior ao do mercado internacional, que segundo a "sadia" seria de 3,1 centavos, e muito inferior ao preço pago pelos Estados Unidos, de 5,5 centavos por libra de açúcar. Acontece, porém, que o preço de 3,1 não é o preço vigente no mercado internacional, mas o preço combinado pelos países produtores, mas que não pode ser sustentado em vista da debilidade dos subdesenvolvidos. Quanto aos preços pagos pelos

Estados Unidos, eles são elevados por causa da política do Governo norte-americano de proteção aos monopólios que produzem açúcar no próprio país e no exterior, principalmente em Cuba. Em compensação, em troca dos preços acima do nível internacional pago aos monopólios norte-americanos em Cuba, México, etc., os países "beneficiados" são obrigados a garantir privilégios a esses e a outros grupos monopolísticos que exploram as suas riquezas naturais.

As compras soviéticas foram feitas pelos preços existentes atualmente no mercado internacional, e o acordo firmado entre os dois governos obedece o mesmo critério. Tendo em vista as dificuldades cambiais de Cuba, a União Soviética pagará 20% da importação de açúcar em dólares, os 80% restantes sendo utilizados por Cuba para adquirir produtos e equipamentos industriais. Além disto, como o acordo fixa o mínimo de um milhão de toneladas de açúcar por ano, garante a estabilidade do mercado, ao contrário do que acontece com as importações americanas, que são utilizadas como instrumento de pressão. Agora mesmo, o Governo norte-americano, através de seus representantes no Congresso, defende a aprovação de uma lei que confere ao presidente o poder de alterar as quantidades de açúcar importado em função dos interesses dos monopólios.



O presidente de Cuba, dr. Osvaldo Dorticos (esquer da), saúda o vice-presidente do Conselho de Ministros soviético, Anastas Mikoyan, por ocasião de sua visita ao palácio presidencial, onde foi dada uma recepção em sua homenagem, na qual estiveram presentes representantes diplomáticos e personalidades cubanas.

O Partido Comunista Da Venezuela Prepara Seu III Congresso Nacional

CARACAS, fevereiro (Correspondência especial) — No programa de trabalhos preparatórios do III Congresso Nacional, o Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela debate, em reunião de grande repercussão, realizada nos últimos dias de janeiro, importantes questões políticas e orgânicas.

Um dos pontos mais discutidos foi o relativo às classes sociais na Venezuela. A análise provocou polémica de conteúdo profundo, tendo as conclusões sido unânimes. Destacamos, entre estas, a que se refere ao conjunto das classes antagonistas. Afirmamos nas Resoluções: «Podemos, então, resumir o conjunto de classes sociais existentes na sociedade venezuelana da seguinte forma:

A burguesia nacional, integrada por todos os setores interessados no desenvolvimento de uma economia nacional independente. Por tal motivo está em contradição com os monopólios estrangeiros — sobretudo norte-americanos — e com o latifúndio e as sobrevivências feudais no campo. Caracteriza-se como classe hegemônica, por sua natureza contraditória, pois a agressividade do imperialismo a obriga a defender seus interesses ou a ele ceder. A política de aliados da classe operária deve ser bastante sã e flexível para ganhar como aliada e neutralizar alguns de seus setores. Para nós, comunistas, o fato de que a burguesia nacional exerce a função progressista ou reacionária não depende de que seja grande ou pequena, e sim de que esteja ou não ligada econômica e politicamente ao imperialismo. No entanto, apesar de portarmos esta promessa para julgar da conduta da burguesia em relação à revolução, não ignoramos que representantes da burguesia nacional não podem prescindir, em muitos casos, de manter contactos com os monopólios estrangeiros. O fundo do problema está em saber se, em virtude dessas ligações, se colocam condições de sua honrosa economia e política frente aos monopólios, servindo-lhes ou não de agentes, cedendo ou não diante deles.

Temos por outro lado, a burguesia comercial, vinculada pelo comércio aos monopólios e distribuidores da produção nacional e importada no mercado interno. A chamada viticultura no comércio exterior é a mais poderosa economicamente e a que serve de intermediária aos grandes monopólios estrangeiros, junto com a burguesia bancária, entrosada com companhias de seguros, financiadoras e empresas da construção, etc. Juntamente com o latifúndio e a burguesia burocrática e pecuniária que se enriqueceu com os grandes contratos durante o governo de Pérez Jiménez,

constituem os inimigos principais do povo venezuelano. Outro agrupamento da classe é formado pela burguesia nacional — a que nos referimos anteriormente — pela pequena burguesia, pelos operários e os camponeses. Participa também desta frente a recente burguesia agrária. É possível que a aliança entre essas classes, dirigida pela classe operária, derrote nossos inimigos principais e inicie a independência econômica e política da Venezuela.

O IMPERIALISMO NA VENEZUELA

Os materiais relativos ao ponto «O Imperialismo Colonializa Nosso País» foram também profundamente discutidos nas reuniões plenárias. Após ser referido às primeiras investidas imperialistas na Venezuela e à vitória do imperialismo norte-americano sobre o inglês e o holandês, afirmamos que os banqueiros aumentam seu poder. Seus investimentos para 1957 passaram de 4 bilhões de dólares, isto é, dois terços de suas inversiones no exterior. Os investimentos norte-americanos na Venezuela constituem 60% do total destinado à América Latina, transformando nosso país em simples fornecedor de matérias-primas a serem transformadas na metrópole imperialista. Em 1957, dispunham em nosso país de 6.512.549 hectares, dos quais o grupo Standard ocupava 72,30%, o que lhe permitiu dominar 70% da produção de petróleo, destacando-se nesta uma de suas filiais, a Conde Petroleum, com 15%.

Os monopólios conseguem fabulosos lucros com a exploração das riquezas nacionais, chegando, de 1951 a 1957, a OZETE BILHÕES SETECENTOS E VINTE E SETE MILHÕES DE BOLÍVARES, apesar de haverem aplicado em nosso país, de 1947 até hoje, apenas 8.506.720.000 bolívares. Em 1957, esse comércio chegou ao valor de 2.767.390.000 de bolívares líquidos.

Tornam-se evidentes, portanto, na linguagem dos «businessmen», os motivos por que os imperialistas apoiaram a Pérez Jiménez e por que são os principais inimigos da Venezuela. Quanto ao tema, 99% das investidas são norte-americanas, em concessões pedidas por contratos verdadeiramente lesivos, como o da Iron Mines que, pela Lei de Minas de 1928, não paga um só centavo de imposto de exploração. A Orinoco Mining é mais «honesta» e paga UM POR CENTO DO VALOR DO MINERAL NA BÓCA DA MINA. ISTO É, MAIS DE UMA LOCHA (1,8 de bolívares) POR TONELADA.

Em suma, o imperialismo norte-americano mantém o principal domínio econômico, político e militar de nosso país, explorando e saqueando nossas

riquezas básicas, arruinando os setores de produção nacional e impedindo seu desenvolvimento, e pretendendo controlar as Forças Armadas através de missões militares. É o principal inimigo de nosso país, sendo imprescindível vencê-lo para conseguirmos a independência e o progresso da Venezuela.

Foram bastante discutidos a situação internacional e os Estatutos e Programa do Partido Comunista da Venezuela, especialmente a reforma dos Estatutos e a adaptação destes às novas condições vinentes. Decidiu-se que o último debate, o definitivo, sobre os Estatutos, seja feito em um pleno do Comitê Central destinado exclusivamente ao aspecto organizativo do Partido.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DAS MASSAS

O último informe foi apresentado por Eloy Torres: «A Situação Econômica das Massas». Começa expondo a situação do trabalho na Venezuela. Em nosso país trabalha uma pessoa de cada três e, de cada quatro, uma produz realmente. Dos adultos, apenas a metade trabalha. Estas cifras não só expressam a despesa da força de trabalho não utilizada, o desemprego real, como também que cada salário deve alimentar 3 ou mais bocas, além do grau de parasitismo dos latifundiários, burocratas, militares, agentes dos Trustes, etc., etc.

A classe operária vive perseguida e ameaçada pela fantasia do desemprego. Há 250.000 desempregados em uma população

ativa de 1.600.000 habitantes, e anualmente surgem no mercado 50.000 novos trabalhadores, sem que haja quem os absorva. A par disso, o monopólio da terra obriga milhares de camponeses a emigrar para a cidade, onde não encontram aplicação para sua força de trabalho. O elevado preço dos artigos e serviços decorrente do monopólio comercial e do atraso agropecuário se junta a um nível de aluguéis dos mais altos do mundo: 40% do orçamento familiar. Além disso, a alimentação, o vestuário, a educação e outros gastos fundamentais tiram os salários dos operários e empregados.

A situação dos camponeses não é melhor. O campesinato pobre não assalariado, que constitui 80% do total, tem uma renda ANUAL de 800 bolívares. Os restantes 20%, constituídos por camponeses assalariados, dispõem de rendas brutas de 20.000 bolívares anuais. A diferença salta à vista.

Como se vê, as consequências do regime semi-colonial não afetaram apenas grande parte de nosso povo e sim a toda a nação. Por isso, na luta contra o regime semi-colonial e semi-feudal coincidem objetivamente tanto os operários e camponeses como os industriais e a grande massa média das cidades. A classe operária representará papel de destaque na luta contra os inimigos principais, o imperialismo e seus agentes internos, devendo ascender até assumir a direção de toda a nação venezuelana na batalha ininterrupta, até chegar à plena felicidade.



A visita de Mikoyan a Cuba se caracterizou pela acolhida amistosa que lhe prestaram entidades e personalidade s de todas as camadas da população, de operários a industriais do açúcar, de trabalhadores agrícolas a intelectuais, de estudantes a funcionários do Govêrno revolucionário. As próprias agências de notícias imperialistas tiveram que reconhecer que apenas um pequeno grupo se manifestou contra o governante soviético. Na foto Mikoyan quando cortava a fita simbólica, inaugurando a exposição.



• Cerca de 500 pessoas compareceram no ágape oferecido a Luís Carlos Prestes por uma Comissão de personalidades paulistas no dia 7. A significativa homenagem ao líder comunista brasileiro teve por motivo seu retorno da recente viagem que empreendeu à República Popular da China, União Soviética, República Democrática da Alemanha e Tchecoslováquia. Dentre a pequena multidão que participou do banquete, podemos destacar os cientistas Mario Schenberg e Samuel Pessoa, o deputado estadual Luciano Lepera, o ex-deputado federal Frota Moreira, o vereador Rio Branco Paranhos, que saudou Prestes em nome da comissão promotora da homenagem, e o escritor Caio Prado Jr. Em discurso de agradecimento, o ex-senador comunista fez um relato sucinto de sua viagem, comunicando aos presentes seu entusiasmo pelo que pôde ver e sentir naqueles países e assinalando o interesse e carinho demonstrados pelo Brasil. Prestes referiu-se também ao problema da sucessão presidencial ajudando a possibilidade de eleger-se o candidato nacionalista, Marechal Teixeira Lott. Na foto, um detalhe da mesa do homenageado, onde nem dele, aparecem o deputado Luciano Lepera, a esposa do cientista Samuel Pessoa e o vereador Rio Branco Paranhos quando pronunciava seu discurso.

A Ação Dos Comunistas No Campo Da Cultura

(TRECHO DAS TESES PARA O XI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO)

Reformas econômicas e renovação das estruturas políticas requerem uma renovação da cultura nacional, da orientação do ensino, da educação e dos costumes.

A Itália não poderá jamais atingir os primeiros postos no progresso da ciência e da técnica e, por conseguinte, de toda a civilização, enquanto não tiver sanado totalmente a chaga do analfabetismo. A escola será inadequada tanto para resolver esta tarefa elementar, quanto para preparar os jovens às novas condições do desenvolvimento científico, como hoje ocorre na competição entre os maiores países do mundo, se não for rapidamente reorganizada segundo os princípios indicados pela Constituição. Pela própria escola e pelas vanguardas intelectuais da nação deve ser realizada uma obra profunda e urgente de rejuvenescimento, de luta contra o provincialismo, a superficialidade, a pretensão de suficiência acadêmica e o arcaico e afetado classicismo, que acompanham o atraso efetivo de tantas esferas de nossa cultura. Para superar as condições presentes e retomar um posto digno do seu passado, o povo italiano tem necessidade de uma cultura progressista, leiga, inspirada numa concepção racional do mundo, da história, das relações do homem com a natureza, do contraste entre as classes que tem lugar numa sociedade que hoje tende, através deste mesmo contraste, a uma orgânica formação unitária. Tal orientação cultural não postula nenhuma luta contra a religião. Ao contrário, exige que se contraponha ao fanatismo clerical aquela tolerância que é indispensável ao confronto das doutrinas, aquela liberdade que é necessário alimento, seja da pesquisa científica, seja da criação artística, aquela respeito da liberdade de religião que está inserido na Constituição republicana. Todo esforço deve ser concentrado

contra a tentativa de clericalização de toda a atividade cultural, de rebaixar a escola leiga do Estado e sobrepor-lhe uma escola privada confessionais, de sufocar as iniciativas criadoras, de dominar o próprio mundo da arte com a censura, os indignos favoritismos, a discriminação e a corrupção. É preciso lutar por uma organização escolar moderna, adequada às necessidades hodiernas da sociedade, amplamente aberta ao estudo sistemático das ciências.

Os comunistas jamais pensaram, nem hoje consideram, que a passagem, nas relações inter-

nacionais, a um regime de coexistência pacífica, possa significar a hibridação conciliadora de orientações ideológicas opostas. O renascimento do estudo do marxismo e o pósto que ele conquistou foram, no último decênio, o mais potente fator de renovação cultural. O trabalho de difusão do marxismo deve continuar e será tanto mais eficaz quanto menos for algo fechado em si mesmo, dogmático e acadêmico, mas, ao mesmo tempo, deve ser desenvolvido no confronto combativo e sério com outras orientações e pensamento moderno, a fim de nelas colher, se-

jam os momentos de crise das ideologias burguesas, seja o estímulo a novas pesquisas e novos aprofundamentos da nossa doutrina. Esta luta será também um estímulo decisivo para a renovação do conteúdo e das formas no campo da criação artística e literária, para a criação do clima cultural em que se pode desenvolver uma arte realista de vanguarda.

OS COMUNISTAS E A LUTA IDEOLÓGICA

O Partido Comunista Italiano poderá cumprir sua função se souber desenvolver, em estreita e permanente vinculação com a luta política e eco-

nômica, a luta ideológica, afirmando, diante dos aspectos novos da realidade e da cultura moderna, o marxismo-leninismo como concepção unitária do mundo. A capacidade e a clareza ideológicas, a segurança no domínio da doutrina e do método marxista-leninista, o nível dos conhecimentos teóricos, o estudo da realidade e das suas transformações, a pesquisa crítica e o esforço para dar uma solução adequada aos problemas novos postos pelo desenvolvimento técnico e econômico, condicionam a elaboração, a compreensão e a realização da política geral do Partido. Por isso, a batalha ideológica não pode ser concebida como uma tarefa particular dos companheiros intelectuais, porém, como um momento da grande batalha revolucionária conduzida por todo o partido, que nela deve empenhar as suas energias criadoras, estimulando a mais ampla participação das massas na ação pela liberdade e a renovação da cultura, contra a intolerância reacionária e o obscurantismo.

Com este escopo, é necessário eliminar, entre luta política, trabalho ideológico e atividade cultural, toda artificial separação, fonte de deformações dogmáticas da ideologia e de concessões oportunistas, incrementando em todas as esferas o esforço de elaboração e de estudo, a atividade cultural e ideológica.

Este maior empenho ideológico estimulará os intelectuais comunistas a superar a tendência a conceber a sua atividade como algo de estanque; permitirá reforçar a sua contribuição à luta pela democratização das estruturas organizativas e dos centros da vida cultural; ajudá-los-á na afirmação e na defesa consequente dos princípios fundamentais da nossa concepção do mundo em todo campo e no próprio âmbito das disciplinas particulares,

QUARTEIS SÃO TRANSFORMADOS EM ESCOLAS...

(Conclusão da 2.ª Página) senço construídas por 100 trabalhadores e camponeses da região, serão mobiladas antes de serem entregues aos "guajrios". A cidade tem instalações elétricas subterâneas, esgotos, e capacidade para cerca de 800 pessoas.

Como nos interessa saber onde se fabricam os móveis, nosso guia nos promete levar à fábrica.

A "CUBAN LAND"

Mas antes, a caminho, veremos algo mais. Temos de passar pelas instalações da "Cuban Land and Leaf Tobacco Company". Esta firma é a maior e a melhor organização de tabaco de Cuba. Nela se produz o melhor fumo do mundo, e trabalham cerca de 5.000 pessoas, na produção de vários milhões de dólares em fumo. Somente de capas (envoltório do charuto), são produzidos perto de 11.000 farcos, alguns vendidos no preço de 1.000 dólares.

A "Cuban Land" foi ocupada pelo INRA, que se ocupa da parte agrícola e deixou em mãos da empresa a parte industrial. Duzentos e cinquenta mil dólares, em dinheiro, foi quanto o INRA pagou aos proprietários da empresa, por seus investimentos no setor agrícola, e está em negociações para adquirir a propriedade das terras cujo valor se eleva a cerca de três milhões de dólares.

Conversamos com os dirigentes e empregados da empresa. Garantem-nos que a produção deste ano será tão alta como a do melhor dos anos anteriores.

A "Cuban Land" converteu-se na "Cooperativa Morales", onde centenas de famílias camponesas percebem os benefícios das cooperativas: moradia, créditos, assis-

tência técnica, lojas de póvoados, etc. Ainda percebem outro benefício. A maioria dos trabalhadores da "Cuban Land" emprega suas horas livres em semear tabaco em pequenas extensões de terreno (contornos) que rodeiam suas cabanas. Antes, tinham que dar à empresa a sexta parte da colheita, que geralmente não passa de 300 dólares. Agora, foi constituída uma cooperativa de "co-nuqueros" que recebem créditos e implementos agrícolas, assim como o produto total da colheita.

ESCOLA PARA OS CAMPONESES

Não longe do local, estão os escritórios provinciais do INRA. Em seus arredores, terras semeadas com mudas de tabaco (cerca de 16 milhões) para garantir a colheita, no caso em que, pela inclemência do tempo ou outra causa imprevista, sofram as atuais plantações.

A cem metros, vários operários trabalham na construção de um amplo salão, o tentente explica que será destinado a uma escola de capacitação de administradores de cooperativas. Cada onze meses, 50 camponeses serão graduados. A escola terá o nome de "Camilo Cienfuegos".

O tempo avança e ainda temos muita coisa para ver. De novo tomamos o automóvel e avançamos até Remates de Guano, o povoado mais ocidental de Cuba, distante uns 80 quilômetros.

No caminho, o delegado do INRA explica-nos que em sua zona (PR-1) há mil reses, 11 "caballerías" plantadas de tabaco vermelho, 4 "caballerías" de amendoim, 12 de arroz, 11 de feijão e umas 200 de tabaco.

Funcionam mais de cem cooperativas, atendidas por

cinco engenheiros, 10 mestres agrícolas, 1 advogado, 2 químicos, 2 topógrafos, 2 contadores, 18 profissionais de outras categorias, 100 soldados revolucionários e 150 administradores de cooperativas.

— O curioso — disse-nos — é que não nos foi necessária a ajuda do INRA. Todos os trabalhos estão sendo realizados com 200 tratores, 20 caminhões e 10 camioneiros, ocupados nos latifúndios sob intervenção.

FABRICA DE MÓVEIS

Chegamos a Remates de Guano e vamos visitar a fábrica de móveis para os camponeses. Quinze operários e soldados revolucionários trabalham na fabricação de móveis de todas as classes, com madeiras de carvalho, mogno, cedro e outras, obtidas na região.

O chefe da oficina nos mostra as maquinarias de que dispõe e os móveis já fabricados. Seu lema é "Mobilizar uma casa por dia".

Tudo isso não é mais que uma das dúzias de setores em que o INRA dividiu a Ilha. Tampouco é esta a província onde a reforma agrícola avançou mais. Em Oriente e Camaguey, províncias mais extensas, as cooperativas de arroz e de outras culturas, avançaram muito mais.

Calculava-se que a reforma começaria a render dividendos, dentro de dois ou três anos. Tudo o que se conseguiu no setor PR-1, na parte mais ocidental de Cuba, foi feito em apenas quatro meses.

Saimos de Pinar del Rio com a sensação de ter assistido a um processo lapidar: uma reforma pacífica foi instaurada — com obras concretas — contra a herança da ditadura, o latifúndio e o atraso.

Teoria e prática

JÂNIO E O CAPITAL ESTRANGEIRO

Resposta ao leitor Afrânio Alencar (Distrito Federal).

Em carta dirigida a esta seção, diz o sr. Afrânio Alencar: «Ouvi ontem num programa de televisão o sr. Jânio Quadros fazer restrições ao capital estrangeiro. São sinceras estas restrições?»

Ouvimos também a entrevista a que se refere o leitor. E é nas próprias declarações feitas então por Jânio Quadros que se revela, com toda clareza, o sentido demagógico das supostas restrições por ele feitas ao capital estrangeiro, a cujo serviço, na verdade, está colocada a candidatura do amigo de Nelson Rockefeller.

Observe o leitor certos trechos da referida entrevista, entre os quais os que passamos a lembrar. Jânio se declarou, mais uma vez, um partidário incondicional da livre empresa. Em poucas palavras, eis o que isto significa: não deve existir nenhuma diferença de tratamento entre o capital estrangeiro e o capital nacional, entre os monopólios e as empresas não monopolistas. Deve ser por isso rechaçada qualquer tendência ou qualquer política no sentido protecionista, da intervenção do Estado a favor do capital e dos interesses do Brasil. Ora, como a igualdade de oportunidade é, no caso, meramente formal, o resultado da política de «livre empresa» é, invariavelmente, o esmagamento do capital nacional pelo capital estrangeiro imperialista e das empresas não monopolistas pelos monopólios. A «livre empresa» de Jânio é, portanto, uma política que interessa apenas ao capital monopolista estrangeiro.

Jânio se declarou, mais uma vez, favorável à extinção da diversidade de taxas cambiais, isto é, partidário da completa reforma cambial exigida pelo Fundo Monetário Internacional aos países que recorrem a seus empréstimos, a título de «saneamento da moeda». Em resumo, eis o que significa esta posição de Jânio, que é abás um prolongamento lógico de sua paixão pela «livre empresa»: deve ser abolida toda e qualquer orientação visando utilizar o sistema de câmbio, através da multiplicidade de taxas, como um meio de proteger a indústria nacional e fazê-la desenvolver-se. Ora, a eliminação de barreiras cambiais é concorrência estrangeira, como exige o FMI com o apoio de Jânio Quadros, tornaria praticamente impossível o florescimento da indústria em nosso país (como em qualquer outro país subdesenvolvido), uma vez que ela seria sufocada pelos concorrentes estrangeiros, sobretudo os E.E.U.U. O que Jânio defende, desta maneira, é o atraso econômico do país, a sua colocação pelos imperialistas norte-americanos.

Jânio se declarou preocupado, sobretudo, em que sejam criadas no país condições que atraiam o capital estrangeiro. Refere-se ele, neste sentido, além das facilidades de natureza econômica (quer para a inversão, quer para a remessa dos lucros), à segurança política, isto é, à existência de um Governo, como seria o dele, que esteja disposto a esmagar qualquer movimento patriótico contra a espoliação imperialista e em defesa do progresso independente da nação, sempre sob a capa de «luta contra o comunismo». É isto sempre o que Jânio coloca em primeiro plano.

Além do mais, para confirmar a sua condição de servidor submisso do capital estrangeiro, Jânio, nem na entrevista a que se refere o leitor nem em qualquer outra oportunidade, fez a mais leve referência à necessidade da justa utilização dos recursos nacionais, como o caminho que deve ser seguido para o desenvolvimento econômico independente do país, nem à suprema condição a que deve estar subordinada toda inversão de capital estrangeiro: o respeito à soberania do Brasil, a prioridade do interesse nacional.

Toda a fraseologia demagógica de Jânio não consegue encobrir o fato de que ele é um entreguista.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

LII)

A FUNDAÇÃO DA II INTERNACIONAL

- 3 — Abolição do exército permanente.
- 4 — Manifestação internacional de 1.º de maio.

Antes de passar ao exame dessas questões, os congressistas tiveram que resolver sobre se se uniriam ou não aos possibilistas para a realização de um só congresso. Foi aprovada uma proposta em favor da união, apresentada pelo "be-ne-volente" Liebknecht. Mas os possibilistas saíram-se com condições tais, para aceitar, que significavam de fato a recusa da unidade. Engels (ver Cap. XLV, em "NOVOS RUMOS", n.º 45) ficou muito contente com o fato de a proposta conciliadora de Liebknecht ter, afinal, caído por terra.

No debate em torno das perspectivas de desenvolvimento do movimento operário, grande foi a atenção dada pelos congressistas ao problema fundamental da tática do proletariado na luta de classes. Derrotando a pequena fração anarquista, constituída sobretudo de representantes sindi-

cais de países latinos (França, Itália), o Congresso estabeleceu, em uma de suas resoluções, que a libertação da classe operária não é possível através, apenas, da sua organização econômica (dos sindicatos, em particular). Os operários devem ingressar nos partidos socialistas, que realizam a luta política. Nos países em que é reconhecido o direito de voto aos trabalhadores, esse direito deve ser utilizado como instrumento para a conquista do poder político pelo proletariado. Nos países onde aquele direito e os direitos democráticos em geral não são reconhecidos, trata-se, para os operários, de lutarem por conquistá-los através de todos os meios disponíveis.

A resolução era certamente justa, e muito oportuna para a época, ao destacar a importância da luta e da organização política do proletariado com vistas à conquista do poder. Mas, influenciada pelo exagero com que Bebel e Guesde, entre outros, valorizavam os êxitos eleitorais da

classe operária em seus países, errava, evidentemente, ao menosprezar a importância das formas extra parlamentares de luta.

Foi de grande interesse a resolução sobre o segundo ponto da ordem-do-dia. Mostrando a necessidade, para os trabalhadores, de lutarem incessantemente contra o aumento da exploração capitalista, por uma legislação operária que tivesse em conta os seus direitos, a resolução dizia que "a libertação do trabalho e da humanidade somente pode ser conseguida pelos esforços internacionais do proletariado organizado como classe, e só depois que ele conquiste o poder político para expropriar os meios de produção da classe capitalista e torná-los propriedade social".

Honrando as melhores tradições do movimento operário e da I Internacional, o Congresso manifestou-se vigorosamente pela paz entre os povos, pela abolição dos exércitos permanentes. "O Congresso declara que a guerra, co-

mo produto que é das condições econômicas atuais, só desaparecerá definitivamente com a eliminação do próprio regime capitalista, com a libertação do trabalho e o triunfo internacional do socialismo".

Quanto ao último ponto da ordem-do-dia, foi decidido, por proposta da delegação norte-americana, que a data de 1.º de maio, dia dos martires de Chicago (ver cap. XXXIX, em "NOVOS RUMOS", n.º 39), fosse a data da jornada internacional de luta da classe operária pelas 8 horas de trabalho.

O Congresso, finalmente, elegeu uma comissão executiva, com o fim expresso de organizar o congresso seguinte na Bélgica ou na Suíça. Foi assim que surgiu a II Internacional. O Congresso que a fundou não criou, como vemos, um órgão permanente para agir no intervalo entre os Congressos. "...a organização internacional do movimento operário, — restabelecia sob a forma de congressos internacionais periódicos, — de início e quase sem luta situação, no essencial, no terreno do marxismo" (Lenin, "Marxismo e revisionismo").

O leitor perguntará, a esta

altura: e o congresso dos possibilistas? Oportunista de raiz e as escândaras, não deu em nada... Era mesmo só uma manevra. Engels estava certo: quem tinha mais força eram os marxistas.

(X) — O autor destas notas pode dar a conhecer ao leitor o número de votos representados no Congresso, graças a um trabalho que terá sido, em nosso país, o primeiro documento, escrito expressamente do ponto-de-vista histórico, sobre o movimento operário internacional. Trata-se de uma série de 20 artigos sobre as organizações internacionais do proletariado, de autoria do destacado e querido dirigente do movimento operário brasileiro Astrojildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil. A série foi publicada, de 20 de julho a 7 de setembro de 1923, em dias escassos, no jornal conservador "O Paiz", do Rio, em cuja página sindical, — então dirigida pelo intelectual democrata Almachio Diniz, — Astrojildo conseguiu manter durante algum tempo uma seção permanente, sob o título "Colaboração e Controvérsia", que ele assinava com o pseudônimo "Pedro Sambó".

A 14 de julho de 1889, exatamente um século depois da queda da Bastilha, reuniram-se em Paris dois congressos operários social-democráticos internacionais...

Um deles, — com a presença de 608 delegados, dos quais 524 eram franceses, — era o convocado pelos possibilistas da França e os social-democratas ingleses. O outro, — organizado pelos marxistas franceses (os socialistas, conhecidos como guesdistas) e alemães (do Partido Social-Democrático da Alemanha), — iniciava seus trabalhos com a presença de 393 delegados, representando 407 votos: França (221), Alemanha (89), Inglaterra (22), Itália (14), Bélgica (14), Áustria (8), Rússia (6), Suíça (6), Rumania, Polónia e Estados Unidos (5 cada um), Holanda (4), Dinamarca, Suécia e Hungria (3 cada um), Espanha (2), Noruega, Bulgária, Tchêquia, Portugal e Argentina (1 cada um) (X).

A Finlândia também esteve representada no Congresso. É possível que, na enumeração acima, o seu voto ou votos apareçam somados com os da Rússia, pois àquela época a Finlândia, como nação opri-

A greve vai começar dia 25

Estudantes Só Irão à Escola Após a Revogação Do Aumento

"As aulas nem serão iniciadas, este ano, se as autoridades competentes não solucionarem o problema das taxas e anuidades escolares" — declarou a reportagem de NOVOS RUMOS o estudante Raimundo Nonato, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários,

"A decisão da entidade dos secundaristas, decretando a greve geral para o próximo dia 25, — prosseguiu — obedece simplesmente a deliberação tomada no último Conselho da Organização, realizado em Fortaleza no mês de janeiro, e é motivada pelo aumento escorchantemente das anuidades escolares, pela aprovação, na Câmara Federal, do projeto de Diretrizes e Bases e pelo não pagamento das bolsas de estudo, apesar das verbas para tal já terem sido liberadas.

Assinalando ainda que

a decisão de ir a greve foi tomada também em virtude da "acomodação do MEC frente ao problema do aumento de anuidades", estranhou o presidente da UBES o fato de o professor Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário, estar apoiando o reajuste das taxas.

O QUE PLEITEIAM

— Declarada a greve — prosseguiu — estudamos e apresentamos as propostas que, se aceitas, porão fim ao movimento. São elas: um ato da autoridade competente congelando as taxas, pagamento das bolsas de 59 e a distribuição das bolsas de 60.

"O êxito de nosso movimento repousa agora na solidariedade que recebemos da classe operária, através das organizações sindicais, dos senhores pais de alunos, dos professores com os quais nos so-

lidizamos em sua luta por melhores salários, cortes de que estes poderão ser obtidos dentro dos atuais níveis de lucros percebidos pelos colégios. O mais importante — concluiu — é a mobilização de 1.200.000 secundaristas em todo o país. Quanto ao estudante carioca apelamos em especial para que compareçam à sede da UNE na praça do Flamengo, 132, 4.º andar, a fim de auxiliarem nos preparativos da greve.

FALA O SECRETÁRIO DA U.B.E.S.

"Enquanto as autoridades não se manifestam, continuamos calmamente a trabalhar no sentido de levar o movimento à vitória", declarou à reportagem o secretário geral da Entidade, o estudante Clóvis Assunção.

— Já expedimos 2.186 circulares às organizações da classe trabalhadora no país pedindo solidariedade ao nosso movimento. E já recebemos resposta positiva de mais de 250 sindicatos, principalmente do Norte e Nordeste.

Para as entidades estaduais foram expedidas as circulares 17-59-60 e 18-59-60, ambas regulamentando a greve.

A GREVE NOS ESTADOS

— Diversos Estados —

afirmou mais o secretário da UBES — já apoiaram o movimento, destacando-se entre eles: Alagoas, Goiás, S. Paulo, Bahia (onde os donos de colégios pediram a intervenção do Juiz de Menores e o secretário da Educação ameaça contar as faltas dos grevistas). Pernambuco (que realizará um congresso extraordinário para tratar do assunto) e Amazonas.

"O Ceará — adiantou — será uma exceção, uma vez que ali os diretores de colégios resolveram congelar as anuidades, aumentando o salário dos professores em 10%, explicando em nota oficial que estão em perfeitas condições de satisfazer os alunos e

Pernambuco

Lavradores De Pesqueira Pedem Terras à Prefeitura

PESQUEIRA — Pernambuco — (Do correspondente) — Centenas de homens do campo, acompanhados de suas famílias, participaram da grande assembleia de prestação de contas que foi convocada pela Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de



Os estudantes Raimundo Nonato e Clóvis de Assunção, dirigentes da UBES, quando falavam a reportagem de NR.

professores dentro da atual tabela de cobrança.

NOVAS MEDIDAS

— Muito ainda temos a fazer — esclarece Clóvis Assunção. Temos entrevista marcada com o presidente JK; mesinhas serão colocadas nas ruas a fim de coletarmos assinaturas para um memorial monstro pedindo o congelamen-

to das taxas; impetraremos uma ação cominatória com base no artigo 151 da legislação do ensino secundário que diz: "A contribuição exigida dos alunos pelos estabelecimentos particulares do ensino secundário será móvel, e cobrar-se-á segundo as tabelas que cada um deverá remeter ao Minis-

tério da Educação e Cultura antes do início do ano letivo", e também com base no acórdão do Supremo Tribunal Federal de 1958, atribuindo ao MEC as anuidades e tirando esse direito da COFAP. Quanto à greve, organizaremos piquetes para garantir o fechamento das escolas.

SANTOS: GREVE TOTAL E COMÍCIOS CONTRA O AUMENTO DAS ANUIDADES

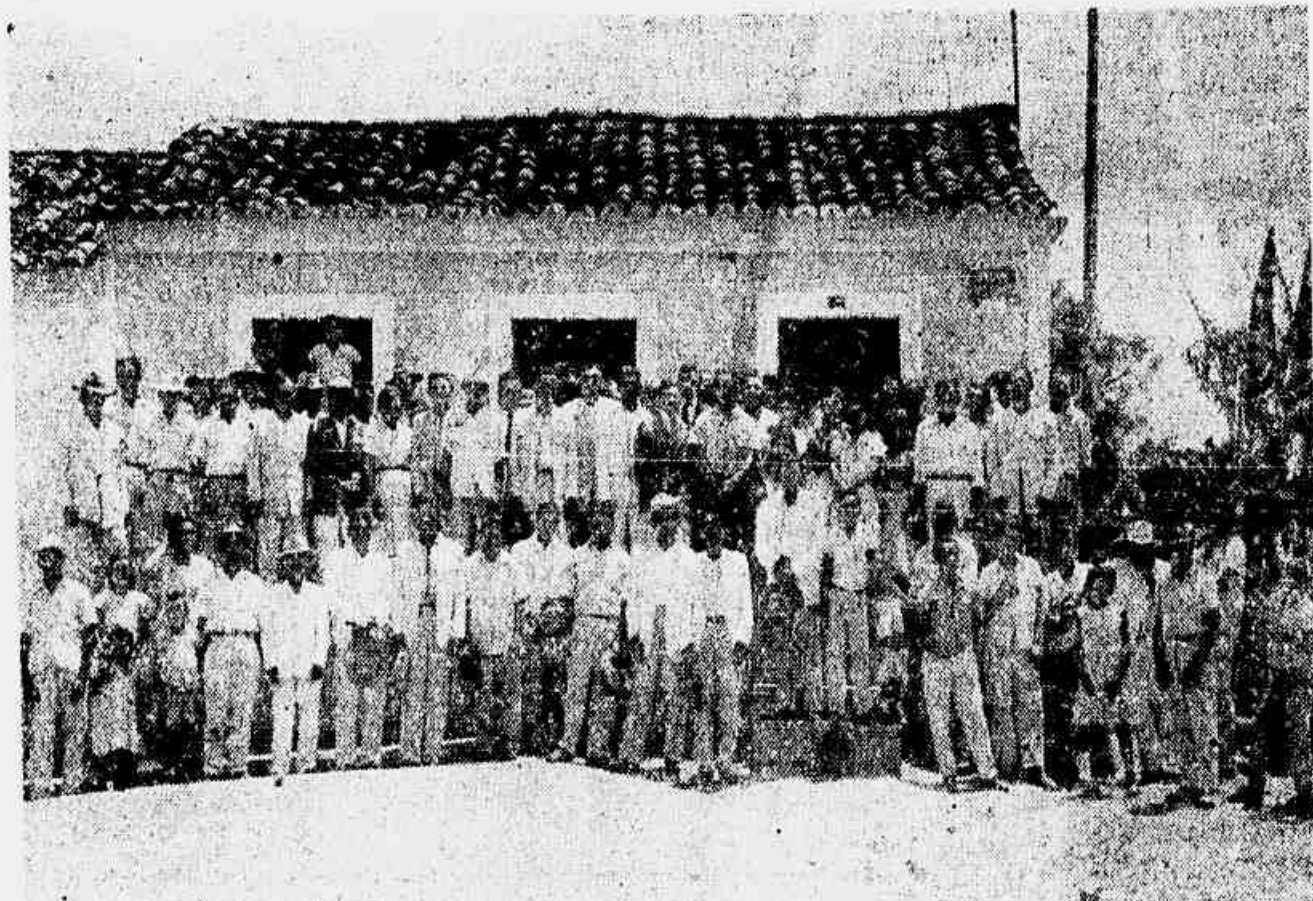
SANTOS (da Sucursal) — Apoio total à greve programada pela UBES e organização de amplo movimento de protesto através de comícios e lampagões nos principais pontos de concentração da cidade, decidiram os estudantes santistas após reuniões realizadas e nas quais foram debatidos os problemas relacionados com o projeto de Diretrizes e Bases e o aumento de anuidades nos estabelecimentos de ensino particular.

O movimento dever-se-á estender a todas as cidades do litoral paulista, onde a atuação dos deputados, aprovando em cinco minutos um projeto que há anos se encontrava em discussão na Câmara Federal, foi recebida com revolta. Em Santos, as alunas das escolas normais realizaram uma passeata na feira do leite coletando assinaturas dos trabalhadores a um manifesto de protesto contra o projeto e empunhando faixas com os seguintes dizeres: "Trabalhador, defende a escola pública e gratuita para teu filho!".

CONGRESSO

O assunto foi largamente debatido no recente II Congresso Estudantil Regional do Litoral Paulista, realizado na segunda quinzena de dezembro em Santos, tendo nessa oportunidade surgido numerosas manifestações de repúdio ao substitutivo Lacerda e às decisões adotadas pelos proprietários dos colégios particulares na reunião de Quitandinha. No congresso

estudantil aprovaram também teses apresentadas por diversos delegados e abordando os temas da limitação da remessa de lucros para o Exterior, livre comércio e relações diplomáticas com todos os países e reforma agrária.



Com a participação do Prefeito da Cidade e de outras autoridades locais, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do município de Pesqueira realizou uma grande assembleia de prestação de contas. Na foto, os lavradores em frente à sede da sua entidade.

leu o balancete e apresentou os novos planos de atividade. O balancete revelou que a entidade recebeu, no ano de 1959, a importância de Cr\$ 55.875,00, e gastou Cr\$ 34.370,00, apresentando um saldo de Cr\$ 21.505,00. O balanço foi aprovado por unanimidade.

CONFERENCIA

No mesmo dia, 30 de janeiro do corrente, após um almoço de confraternização, a Associação promoveu uma conferência sobre reforma agrária, pronunciada pelo jornalista David Capistrano. Ao ato estiveram presentes o prefeito municipal, sr. Luis Neves, e outras autoridades locais. A Associação dos Lavradores de Pesqueira, fundada em outubro de 1958, encerrou os festejos elegendo sua rainha, srta. Maria José dos Santos.

LUTA PELA TERRA

Pesqueira é um município do interior, situado a cerca de 250 quilômetros do Recife. As suas terras são muito férteis, mas pertencem a umas poucas famílias, que vivem da exploração dos lavradores. Os grandes proprietários, Carlos de Brito, José Didier, Praxedes Didier, Moacir Brito, Joaquim Mota, Raimundo Ger-

mano e Justo Américo, exploram os trabalhadores tanto na lavoura como nas fábricas, do conserva de doces e massa de tomates.

A Associação, ao mesmo tempo que trabalha para que os arrendamentos, sejam feitos em melhores condições, luta para obter algumas áreas de terra que são da municipalidade. A prefeitura possui 287 propriedades.

EXPLORAÇÃO

O ordenado dos assalariados agrícolas varia de 200 a 300 cruzeiros por semana, enquanto que o dos menores e das mulheres não vai além de 20 a 25 cruzeiros diários. O salário mínimo regional, entretanto, é de Cr\$ 3.000,00.

Existem outras modalidades de exploração. Alguns proprietários de terra fazem contrato de arrendamento com prazo de 3 anos, a razão de mil cruzeiros por ano, sob a condição de que o lavrador plante, gratuitamente, seis mil pés de palma forrageira. A palma, que é utilizada para a alimentação do gado, é vendida a 10 mil cruzeiros a quadra, quantidade suficiente para alimentar 22 reses durante 30 dias. O lavrador entrega tudo isso de graça ao dono da (Conclui na pág. 11)

O escândalo da Port of Pará

Empréstimo Francês Seria Feito Com Dinheiro Do Brasil

de Itamarati. O parecer do Sr. Filho, lembrando os velhos crimes de peculato cometidos pela companhia, e negando ao Governo francês o direito de intervir no assunto, impediu que a negociação fosse consumada.

Logo no início do Governo Kubitschek começou o novo período de pressões do Governo francês. Nesta nova fase a pressão veio bastante reforçada, uma vez que, além do apoio

natural que recebe do lado de entreguistas que é o Itamarati, recebia agora a ajuda do grupo de negociistas que se instalou na chamada cozinha do Catete, a roda do presidente da República, e que viu no negócio a possibilidade de ganhar para si uma fatia do bolo. (Segundo uma informação publicada em «Última Hora» que o deputado José Pedroso declarava para quem quisesse ouvir que, apenas no que toca à

sua parte no negócio, receberia uma comissão de seis milhões de dólares, ou seja, cerca de um bilhão de cruzeiros).

O GOVERNO francês tentou uma nova fórmula: a da arbitragem internacional. Nem sequer lhe cabia o direito de intervir no assunto, pois trata-se de uma pendência entre o Governo brasileiro e uma empresa norte-americana; mas não somente éle intervém, como re-

clama uma arbitragem internacional, apesar de que esta providência só existe para questões entre governos, e nunca pode ser adotada numa questão entre um Governo e uma firma de direito privado, a qual, pela Constituição brasileira e pelas leis de qualquer país civilizado, deve conformar-se com a Justiça do país onde ela atua. A reclamação era descabida e indecente, mas nem por isso eu deixei de ser acolhida pelo Itamarati. Com base num parecer do ministro Barbosa da Silva, o primeiro ministro do Exterior do governo Kubitschek, o dr. Macedo Soares, assinou ainda em 1956 um novo Acórdão de Resgate com a França, no qual o Governo brasileiro se compromete a aceitar a arbitragem internacional para decidir sobre a indenização que lhe caberia pagar não apenas à Port

of Pará, mas, também, a outra encampada em 1940 pelo Governo Vargas, igualmente sob a acusação de fraude e desvio criminoso dos dinheiros públicos.

FOI este Acórdão de Resgate que o Congresso ratificou, há poucas semanas, numa decisão que, agora, por iniciativa do deputado José Bonifácio, deve reconsiderar. O Acórdão se desdobra numa fórmula de suavização, segundo a qual o Governo francês como intermediário, em prestará ao Brasil as somas pagas aos acionistas das duas empresas beneficiadas pela indenização: a coisa é de tal forma escandalosa que, segundo uma versão divulgada na imprensa, a sua denúncia foi a causa da inexplorada demissão de Pinay, como ministro da Fazenda do Governo Fran-

Logo depois da eleição do presidente Kubitschek começaram a circular na imprensa frequentes notícias de vultuosos investimentos franceses no Brasil. As primeiras notícias surgiram ainda antes da posse do sr. Kubitschek, quando o Presidente eleito fazia a sua excursão pela Europa.

Nunca se esclareceram, nestes boatos precursos, como e por quais motivos o imperialismo francês, dos mais dependentes e que mal consegue manter seus tentáculos na África, poderia estender sua ação ao Brasil; mas a ideia foi tomando corpo, soprada pelos Schmidts e Pedroso, que cercam o Presidente, até aparecer sob a forma concreta de um empréstimo de 200 milhões de dólares, que seria feito pela França ao nosso país. A conclusão do negócio foi acertada

VIMOS, em reportagem anterior, como o Procurador-Adjunto da Fazenda, prof. Sr. Filho fulminou e desarticulara a trama com que um grupo de especuladores da Bolsa de Paris, portadores das ações da antiga concessionária do porto de Belém, pretendiam receber Cr\$ 264 milhões dos cofres públicos brasileiros, com o apoio da sua Embaixada em nosso país e

O Janista Carvalho Pinto Por Trás Do Aumento Dos Remédios

Numa reunião secreta com o ministro do Trabalho e o presidente da COFAP, sexta-feira da semana passada, os representantes da indústria de produtos farmacêuticos entregaram ao sr. Fernando Nóbrega um exemplar do "Index Geral de Preços", editado em forma de livro pelo chamado Conselho Nacional de Ética da Indústria Farmacêutica do Brasil. E falaram sem muitas palavras. Ante a tibieza do ministro Nóbrega, entraram de sola; se esses preços não forem autorizados pela COFAP entrarão em vigor, de fato, a partir do dia 15 deste mês, independentemente de qualquer deliberação oficial.

O ministro Nóbrega rejeitou, apenas, a data. A partir do dia 15, não. E, depois da reunião, continuou intrigado com a data. Aos repórteres que foram ouvidos declarou que a fixação de uma data para início da vigência de um reajustamento de preços pelos próprios interessados, significaria um desafio ao Governo. Não poderia concordar com isto. Por que 15 de fevereiro? Pediu aos industriais algum tempo para estudar o assunto.

Como um dos repórteres lhe perguntasse se concordaria com o aumento fixado naquela lista de preços já impressa, que ele se esquecera sobre a mesa, à vista de todos, o sr. Fernando Nóbrega sobrou e "Index" e passou a utilizar um "mas-séte" que lhe é peculiar, o de declarar-se ignorante de tudo, para evitar afirmações. E respondeu: "Bem, ainda não sei. Não conheço o assunto. Mas eles dizem que precisam de aumento, que os

remédios jamais foram tabelados." Lembrou-lhe um dos repórteres que o representante dos Economistas na COFAP, conselheiro Alfredo Antônio Gerhardt, já dera parecer contrário a qualquer aumento de preços. E o ministro Nóbrega fez uma cara de interrogação: "Sei disso não. Representante dos Economistas? Como é o nome dele? Vou conversar com o Romano". Dava a impressão de que acabara de assumir o cargo, pois de nada sabia a respeito da COFAP, que é um órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Mas, em verdade, sabia de tudo e até já prometera a homologação do reajustamento feito pelos próprios laboratórios, contanto que os industriais cedessem quanto à data para início da vigência dos novos preços.

Relator do processo de reajustamento dos preços dos produtos farmacêuticos na COFAP, o conselheiro Alfredo Antônio Gerhardt examinou o assunto honestamente demonstrando que os industriais não justificaram seu pedido de aumento, verificou que 85% das empresas estão subordinadas aos trustes internacionais, notadamente dos Estados Unidos da América, não podendo prevalecer a alegação de que o reajustamento do preço beneficia a nossa indústria. Examinou a questão da remessa de lucros para o exterior e considerou por demais excessivo o que pedem os industriais: aumento de vinte a quarenta por cento para quatorze mil produtos e de mais de quarenta por cento para quatro mil

produtos. Em seu parecer, opinou contrariamente ao pedido e sugeriu fosse feita uma votação nas escritas dos laboratórios.

Parecer de relator não é peça decisiva em órgão colegiado, como a COFAP, onde a maioria pode rejeitá-lo e agir o rumo que entender. Mas o trabalho do conselheiro Gerhardt não agradou ao presidente da COFAP nem ao ministro do Trabalho porque servia para desmascarar a larva que ambos vinham tramando, pretendendo apresentar um aumento que se não justificava como imprescindível. Por isso mesmo com o "Index Geral de Preços" já elaborado e impresso, para homologação, os sr.s Fernando Nóbrega e Guilherme Romano diziam sempre que estavam estudando o assunto, para dar a impressão de que o aumento saiu porque era necessário. Provado está que não há nenhuma necessidade de tal majoração, sobre aquela indireta já feita pelos laboratórios, que o ministro do Trabalho somente concordará se quiser proporcionar aos trustes dos remédios mais lucros extraordinários, em prejuízo do povo e da própria indústria nacional.

AUMENTO SOBRE AUMENTO

Vem de longe a luta dos laboratórios estrangeiros para imposição de sua política de preços, visando a aumentar cada vez mais os lucros extraordinários que, em grande parte, remetem para suas matrizes no exterior, notadamente para os Estados Unidos da América. Mas proximamente procurado pelos representantes das Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth S. A. e de outros grandes laboratórios estrangeiros, o general Ururay declarou-lhes, ante as alegações de que a indústria de produtos farmacêuticos estava tendo prejuízos, que aprovaria o aumento desde que os laboratórios concordassem com uma vitória na sua escrita. O sr. Assis Chateaubriand, a mando dos trustes, pediu ao general Ururay que aprovasse o aumento sem aquela exigência que ele, Chateaubriand, lhe garantiria uma grande cobertura de imprensa, a começar pela cadeia dos Diários Associados. Mas o general impôs a condição de um exame das escritas dos laboratórios. E, diante disso, os próprios representantes dos industriais pediram para sustar o andamento do processo de reajustamento dos preços. E, unidos, os trustes da carne bovina e dos medicamentos passaram a exigir a substituição do general Ururay na Presidência da COFAP. E foram atendidos na sua exigência, contando com o apoio do governador de São Paulo, Sr. Carvalho Pinto, que interveio pessoalmente a seu favor.

Substituído o general Ururay pelo sr. Guilherme Romano, os laboratórios procederam, imediatamente, a um reajustamento de preços, de modo indireto, reduzindo a quantidade dos remédios nos vidros e caixas. Por isso mesmo, em muitos vidros de remédios foi aumentada a quantidade de algodão que se sobrepõe às drageas. Vidros de vinte e cinco drageas, entregues às farmácias pelos mesmos preços, passaram a apresentar vinte drageas. Deste modo, o que os laboratórios pedem, agora, é um aumento sobre aumento, com uma majoração direta nos preços pelos quais fornecem seus produtos às farmácias.

REAJUSTAMENTO

Os grandes laboratórios estão exigindo do Governo mais do que um simples reajustamento de preços. Querem aumentos semestrais, por isso que, no "Index Geral de Preços", que mandam imprimir, indicaram que se trata de um reajustamento para o segundo semestre de 1959. Em face daquela resistência do general Ururay Magalhães, quando presidente da COFAP, procederam ao aumento indireto e querem utilizar o dito "Index" para o primeiro semestre deste ano. E querem

já, o "Index", foi distribuído às farmácias e, de modo geral, os preços estão vigorando, de fato, não obstante a rejeição da data de 15 de fevereiro pelo ministro do Trabalho, Fiscal da COFAP ainda não advertidos, atuaram vários laboratórios que cumpriram a deliberação tomada numa assembleia do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro, de pôr em vigor o aumento independentemente de qualquer deliberação oficial. Segunda-feira desta semana, o ministro Fernando Nóbrega conferenciou sigilosamente, em seu Gabinete, com o presidente da COFAP, ficando combinado que a fiscalização não deveria ser intensiva.

Antes dessa conferência com o presidente da COFAP, o ministro Nóbrega recebeu, em conferência, o Delegado Regional do Trabalho em São Paulo, o sr. Roberto Guimarães. Este lhe comunicou que fora chamado ao Gabinete do governador Carvalho Pinto para um entendimento sobre o problema dos preços dos medicamentos. E o governador paulista demonstrou o seu grande interesse na solução do problema. Para ele, a solução é a homologação do aumento.

Felicidade atrás das grades

Mal o dia tinha amanhecido, já o rapazião tocava a campainha, para saber se no apartamento havia crianças e se as janelas estavam protegidas por grades. Saiu muito feliz, quando soube que as crianças estavam bem seguras, atrás de grades de ferro. Apesar dos méritos da campanha, penso como não pequenos os motivos da felicidade que vemos e sentimos, e como essa felicidade se limita a uma ridícula minoria! Mas que fazer? Essa é uma das características do sistema social: a solução dos pequenos problemas em detrimento daqueles chamados de base. E a manutenção das causas e o combate aos efeitos, numa inversão da lógica de subordinação do parcial ao geral. Assim, é que no dia das grades nas janelas, uma criança ficou soterrada quatro horas sob uma pedra. Outras pedras ameaçavam dezenas de outras crianças. A Lei de Diretrizes e Bases de Educação, aprovada, a toque-de-caixa, na Câmara Federal, chegou ao Senado, ameaçando sete milhões de crianças — mais da metade da população infantil em idade escolar — que não têm possibilidade de aprender a ler. Quase duzentas mil só aqui no Distrito Federal. Isso sem falar no ensino médio que, segundo aquela Lei, será um sonho muito distante para a maioria dos que terminarem o curso primário, considerando o financiamento dos colégios particulares. Milhões de crianças estarão, realmente, atrás de grades, dentro do esquema em que um grande problema, para o desenvolvimento, como o da educação, não é, sequer, pôsto em termos do próprio interesse dos que dizem combater o atraso econômico. E há o caso último, da menina de 17 anos, Marlene, que ficou grávida no SAM. Existe, assim, um estranho conceito de felicidade limitado às grades de quatro janelas. Mas só é possível acreditar em felicidade, quando, sem restrições e sem limites, corresponder à segurança de todas as crianças. As que estão ameaçadas de morrer sob as pedras, as que estão ameaçadas de viver inutilmente porque não sabem ler e as que estão ameaçadas de nascer com a marca vergonhosa do SAM. Se toda a felicidade social consiste em botar crianças atrás de grades de ferro, muito embora a campanha mereça compreensão, não seria mais justo que todas as crianças morassem em apartamentos?

ANA MONTENEGRO

Armando Falcão Sabota Plano De Classificação

Cerca de 500 mil servidores públicos continuam com as vistas voltadas para o Senado, lutando pela aprovação do Plano de Classificação, que se encontra naquela casa legislativa, e que deverá entrar em regime de urgência ainda nesta semana.

O ministro Armando Falcão, entretanto, seguindo do senador Jefferson de Aguiar, e do diretor do DASP, sr. Guilherme de Aragão, continua na linha de frente dos que sabotam o substitutivo do senador Jarbas Maranhão, pelo qual luta o funcionalismo.

Na última segunda-feira realizou-se uma reunião no Gabinete do Ministro da Justiça, da qual participaram, além do sr. Armando Falcão, o líder da maioria na Câmara, deputado Abelardo Jurema; o líder do PTB Oswaldo Lima Filho; o líder da maioria no Senado, sr. Jefferson de Aguiar; e os líderes do PTB e do PR, senadores Vivaldo Lima e Atílio Vivasqua.

Nessa reunião foi criada, praticamente, uma impasse, uma vez que o Governo, assessorado pelos sr.s Armando Falcão, Guilherme de Aguiar e Jefferson de Aguiar, mostrava-se empenhado em promo-

ver a revisão do substitutivo Jarbas Maranhão, reduzindo as vantagens nele previstas, de modo a que as despesas não ultrapassassem o teto de 8 bilhões de cruzeiros. O PTB, como se sabe, empenha-se na aprovação do substitutivo, conforme compromisso com os "barnabés".

REDUÇÃO INACEITÁVEL

A propósito da decisão governamental, nossa reportagem ouviu o deputado Lycio Hauer, que declarou: — O atual substitutivo do senador Jarbas Maranhão já não satisfaz, do ponto-de-vista do reajuste de vencimentos, a várias categorias de funcionários. Reduzir agora as suas vantagens significa criar uma situação inaceitável para os servidores. O que se pretende, afirmou o deputado, é um bife contra o funcionalismo.

MANIFESTAÇÕES

Apesar das manobras protelatórias que vêm sendo postas em prática pelo trio reacionário — Armando Falcão, Jefferson de Aguiar e Guilherme de

Aragão — os funcionários públicos e autárquicos continuam lutando em todo o país pela aprovação do substitutivo Jarbas Maranhão. Nesta sexta-feira, dia 19, serão realizadas manifestações de "barnabés" em Niterói, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte. Nesses atos o funcionalismo se dirigirá às autoridades estaduais e municipais, solicitando-lhes a sua interferência junto ao presidente JK e ao Senado, para que seja aprovado o substitutivo do senador Jarbas Maranhão.

PAULO VICENTE DE SOUZA

Faleceu na tarde do dia 11 último, no Hospital Getúlio Vargas, nesta Capital, o operário Paulo Vicente de Souza, vítima de brutal agressão. Paulo Vicente, pedreiro de profissão, era um dedicado militante comunista, muito querido pelos moradores do Morro do Sapo, que estão apurando as razões do crime e exigindo a punição do assassino.

LAVRADORES DE PESQUEIRA...

(Conclusão da 10.ª pág.)
terra. Há contratos, entretanto, que são feitos apenas por um ano. Nesse período o lavrador limpa o terreno, arança os tocos, semeia a palma, e quando vai cuidar da sua própria lavoura o dono da terra manda o embora.
O CORTE DE LENHA
Há ainda o contrato de arrendamento através do qual o latifundiário exige que o trabalhador corte toda a lenha do terreno. A lenha cortada é vendida ao dono da terra a razão de 10 ou 15 cruzeiros o metro, e revendida, imediatamente, por mais de 25 cruzeiros às cinco fábricas existentes no município.
Os que habitam nas terras do latifundiário

são obrigados a trabalhar três dias para o patrão, sobrando apenas dois dias para a sua própria lavoura. O patrão lhe paga, por dia de trabalho, 50 cruzeiros, a metade da diária do salário-mínimo, que é de Cr\$ 100,00.
Contra essas e outras formas de exploração, levantam-se os lavradores que, organizados em sua Associação, começam a exigir melhores formas de arrendamento. A grande luta dos lavradores, entretanto, é para conseguir terras próprias. As suas esperanças, no momento, se voltam para as grandes áreas de propriedade da Prefeitura, que lhes poderão ser cedidas gratuitamente ou a preços baixos.



Aspecto parcial das comemorações realizadas pelos moradores da Praça Sara Kubitschek. (Foto Leme).

Pracinha Festejou A Desapropriação

Com missa campal pela manhã, solenidade de agradecimento às autoridades de tarde e animadíssimo Grito de Carnaval de noite, os moradores — principalmente as crianças — dos prédios que circundam a Praça Sarah Kubitschek comemoraram, dia 14 último, a grande vitória alcançada sobre a imobiliária Andrius & Cia., que pretendia, roubando às crianças o sol e o espaço, construir na pracinha um edifício de 12 andares.

A luta dos moradores contra os incorporadores, foi levada a efeito pela Associação dos Amigos de Praças e Jardins de Copacabana, organização nascida no início do movimento e que conseguiu, através de intenso trabalho de mobilização, levantar a opinião pública do Distrito Federal em favor de sua reivindicação. Assim, de manifestação em manifestação, os moradores lo-

RESPOSTA AO LEITOR

AROLDI SALVI (Esmeralda-SP) — Agradecemos as referências elogiosas feitas ao nosso jornal, e sabemos o recebimento de seu artigo sobre a difícil situação por que atravessam os trabalhadores rurais. "ganhando dois mil cruzeiros mensais, sem assistência médica, aposentadoria e outros benefícios", como bem o afirma o amigo.

CLUB CULTURAL TIRADENTES (Teresópolis-RJ) — Infelizmente recebemos com atraso o convite que nos foi enviado para a solenidade de inauguração de sua sede provisória.

H.G.D. (Petrópolis-RJ) — Recebemos e agradecemos seu artigo sobre a "Resurreição do nazismo" e o poema a propósito da vida dos favelados. Deixamos de publicar o artigo porque o seu tema perdeu atualidade jornalística, e o poema porque adotamos como norma a não publicação de poemas, salvo quando solicitadas. As sugestões de sua carta sobre novos assuntos que deveriam ser abordados por NR, estão sendo objeto de apreciação. Pedimos ao amigo responder ao questionário que estamos publicando.

DAVID RODRIGUES DINIZ (Montes Claros-MG) — Deixamos de publicar o texto

da moção aprovada pela Câmara Municipal dessa cidade, favorável ao restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética e China Popular, porque nada recebemos a esse respeito.

MAURICIO AUGUSTO — (Ipiau-Ba.) — Ficamos satisfeitos em saber que, pela primeira vez, foi comemorado nessa localidade o aniversário do camarada Prates. Agradecemos suas informações sobre o crescente interesse, nessa importante região caucásica, pelo restabelecimento de relações comerciais entre o Brasil e a União Soviética. Auguramos ao amigo os melhores votos de sucesso em sua atividade.

EMILIE KAMPRAD (Distrito Federal) — Recebemos suas cartas de exaltação da personalidade de Laura Brandão, falecida a 28 de janeiro de 1942. Em outro local desta edição damos a notícia que nos enviou sobre a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores à memória dessa que foi ativa combatente revolucionária.

CARLOS LOPES CUNHA (Distrito Federal) — Agradecemos os termos elogiosos de sua carta e as sugestões que faz para melhorar e nosso jornal.

CARTA DO SERTÃO

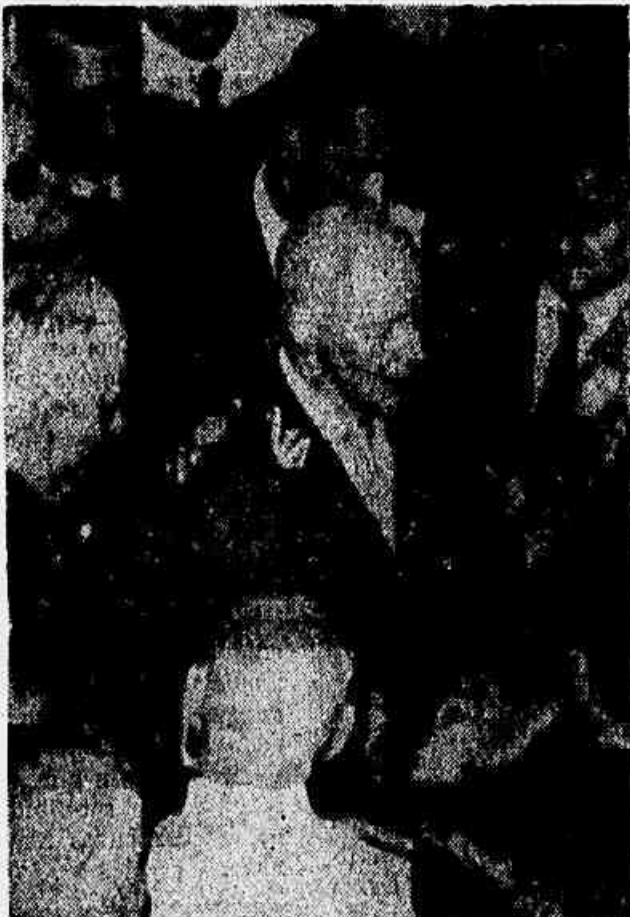
ZE PRAXÉDI — o poeta vaqueiro

<p>Favela do «Canta Galo», Cumpade Pêdo Sinvá: Nós tamo munto animado Pras festa do carnavá.</p> <p>Vai sai do «Canta Galo», O broco dos miserave! Nêsse domingo de tarde Vamos decê pra cidade... Vai sê três dia agradave,</p> <p>Cabrito do Morro-grande E' nossa porta-bandêra. Mané Cru no tamburim, No ganzá Joca Pexêra, Pra cantá e pra dançá O resto da cabruêra.</p> <p>Todos os ano, cumpade, Fazemo nosso forguedo Da tardinha do domingo Inté à quarta bem cedo. U'a corda cercando a gente... Todo mundo sai da frente Pôs nosso broco faz medo.</p> <p>O carnavá de sessenta Num vai dá munta desgraça. Pôs custa os óio da cara A garrafa de cachaça.</p>	<p>Às onze hora da noite Nós fica na iscadaria Pra vê os rico passá No rigô das fantasia.</p> <p>Tripto Municipal! Bibida, luxo e beleza! Munta gente qui num presta Vai lá gastá, nessa festa, O qui robô da pobreza.</p> <p>Passa o ladrão do pescado Vistido de tubarão. Passa vistido de Nero O qui comprô o feijão... Passa munta gente boa, Mas, passa munto ladrão!</p> <p>Vão lá bebê nosso sangue Saúde dos nossos fio. A cidade num tem iscola, A terra num tem prantio. Cuem fô pôde qui se rompal O dinhiêro é gasto im numpa Nos furdunco cá do Rio. Inuanto briaem no fresco Nós brin-camo no mormaço. Mas Deus é reto sulz... Manezin dos Anastão.</p>
---	---

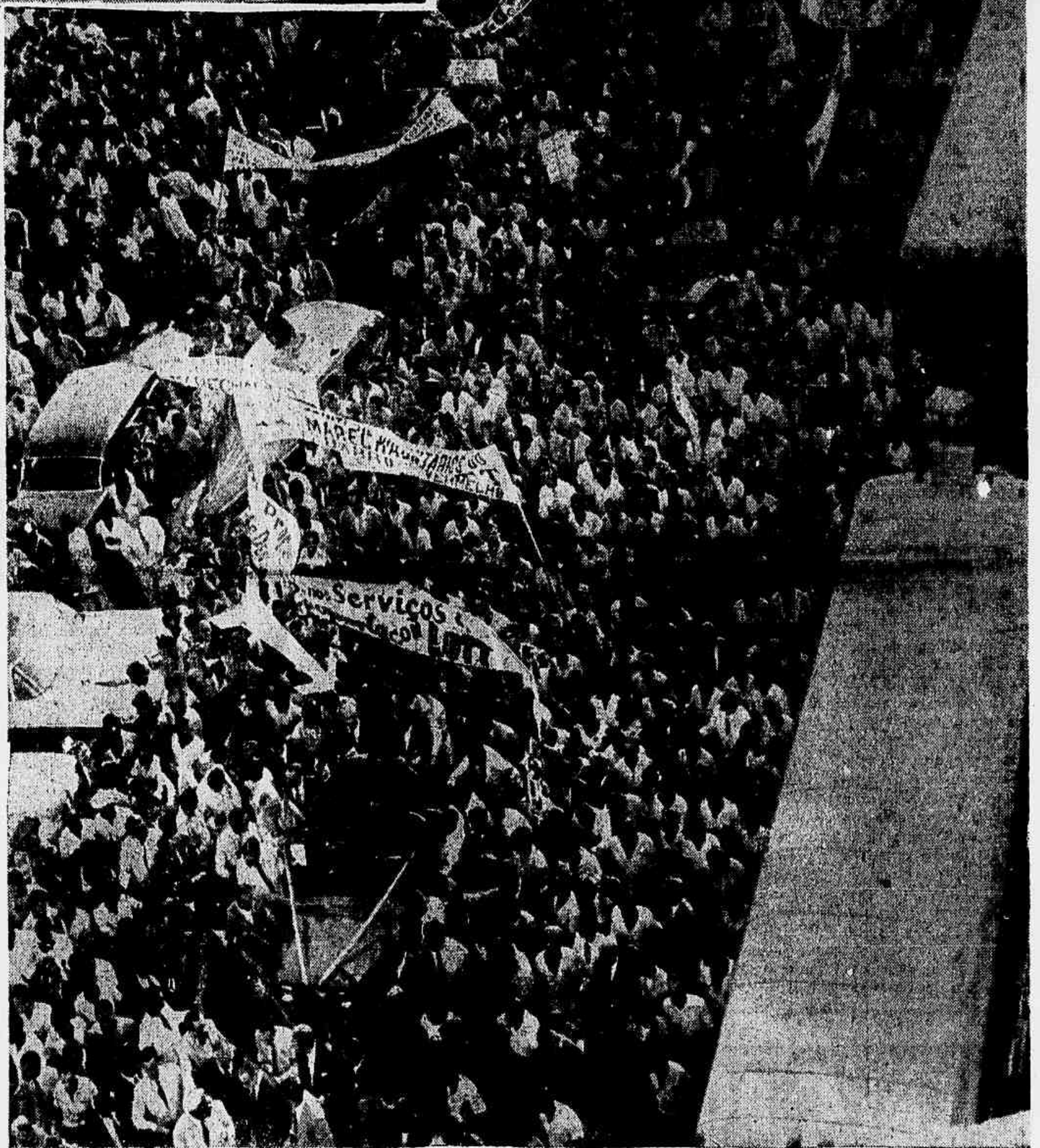
Apoteose Ao Candidato Nacionalista



Da sacada do Comitê Nacionalista Lott-Jango do Distrito Federal, o candidato do povo renova sua profissão de fé nacionalista: «Não é possível que o esforço dos brasileiros continue aproveitando aos países estrangeiros». Lott foi delirantemente aclamado.



No Ministério da Guerra, ainda envergando a farda de marechal, Lott despede-se de seus companheiros de armas, anunciando que se lançava à luta eleitoral, para servir ao povo e à pátria.



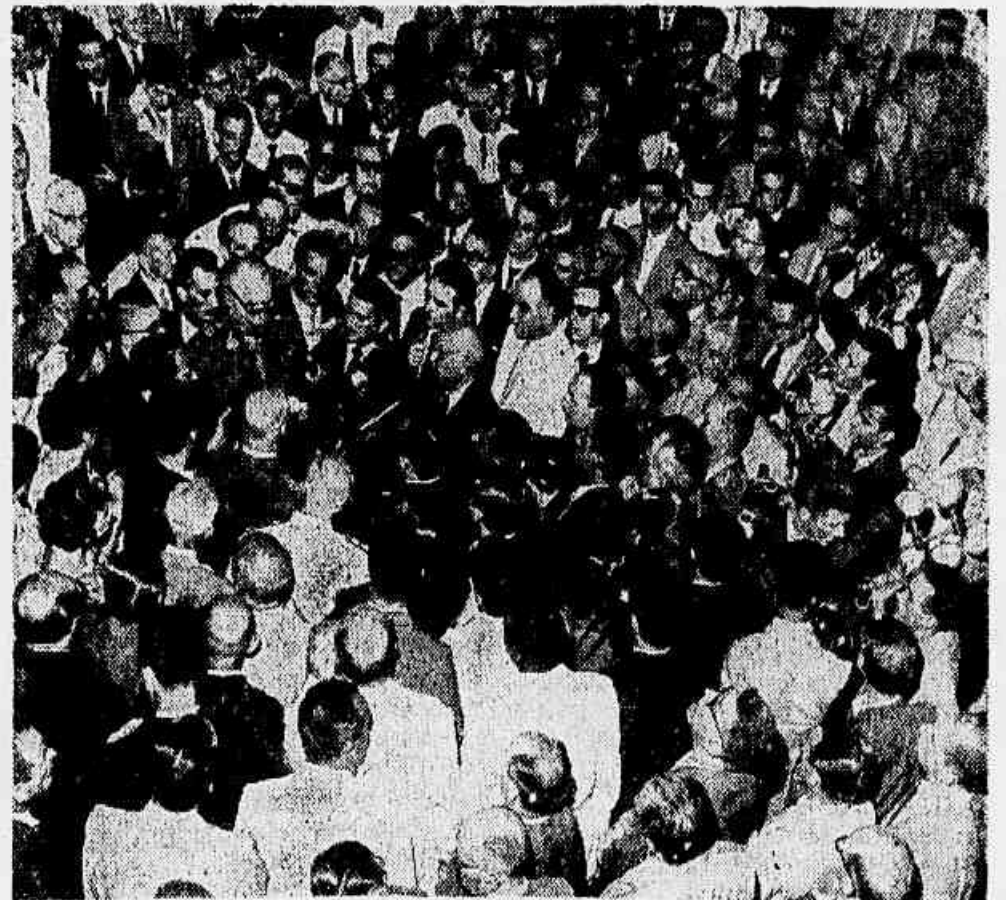
Dezenas de milhares de pessoas — trabalhadores, funcionários, e estudantes, donas-de-casa, militares — concentraram-se em frente ao Ministério da Guerra e no percurso da Av. Presidente Vargas ao Largo da Carioca, para aclamar a marechal Lott numa impressionante manifestação — prenúncio da vitória de 3 de outubro.

NOVOS RUMOS

Fotos de EDSON GOMES



Não cessavam as aclamações ao candidato nacionalista, desde o instante em que, deixando o Ministério da Guerra, Lott se dirigiu para as sedes dos Comitês, de cujas sacadas falaria ao povo.



O novo Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, responde ao discurso de Lott. Fez sobretudo um apêlo à unidade das forças armadas.